



DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, 09 de junho de 2016

PODER EXECUTIVO

LEI COMPLEMENTAR Nº 371, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

Acrescenta dispositivo ao Capítulo VII, do Título VI, da Lei Complementar nº 221/08, que “dispõe sobre a consolidação das leis que disciplinam as atividades, os programas e as iniciativas na área da saúde e higiene pública do município de Piracicaba, bem como especifica a natureza e as funções da Secretaria Municipal de Saúde (SEMS) e suas Unidades Auxiliares na gestão da Saúde”.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI COMPLEMENTAR Nº 371

Art. 1º O Capítulo VII, do Título VI, da Lei Complementar nº 221, de 18 de agosto de 2008, fica acrescido de mais uma Seção, que será a I-A, com a seguinte redação:

“TÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS
...

CAPÍTULO VII
DOS MEDICAMENTOS
...

Seção I-A

Da lista de medicamentos fornecidos pelo Ministério da Saúde

Art. 230-A As farmácias e drogarias, cadastradas no programa “Farmácia Popular”, instalados no âmbito do Município, ficam obrigadas a disponibilizar ao público para consulta, exemplar de lista de medicamentos fornecidos pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. A lista de medicamentos a que se refere o caput deste artigo deverá ser afixada em local visível e de fácil acesso ao público.”

Art. 2º Esta Lei Complementar será regulamentada pelo Executivo Municipal, no que lhe couber.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 03 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PEDRO ANTONIO DE MELLO
Secretário Municipal de Saúde

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autor do Projeto: Vereador André Gustavo Bandeira.

LEI Nº 8.475, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre denominações de prolongamento de vias públicas no loteamento Jardim Nova Iguaçu, no bairro Dois Córregos, neste Município.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI Nº 8475

Art. 1º Os trechos de vias públicas existentes no loteamento Jardim Nova Iguaçu, no bairro Dois Córregos, neste Município, que tratam de prolongamentos de ruas já existentes, passam a vigorar com as seguintes redações:
I - “Rua Angelo Filipini”, prolongamento, para o trecho com início na Rua de mesmo nome, seguindo até encontrar o prolongamento da Rua João Miguel Japur;
II - “Rua João Miguel Japur”, prolongamento, para o trecho com início na Rua de mesmo nome, seguindo até encontrar o prolongamento da Rua Angelo Filipini.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 03 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autoria do Projeto: Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

LEI Nº 8.476, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

Obriga a manutenção de serviços de segurança privada em locais em que houver a instalação de caixas eletrônicos em estabelecimentos bancários.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara de Vereadores de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI Nº 8476

Art. 1º Fica obrigatória a manutenção de serviços de segurança privada em locais em que houver a instalação de caixas eletrônicos em estabelecimentos bancários, nos termos da Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983.

Art. 2º O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:
I - advertência; e
II - multa de R\$ 1.000,00 (mil reais), dobrada a cada reincidência;

Parágrafo único. A multa a que se refere o caput deste artigo será reajustada, anualmente, pelo índice adotado pelo Executivo Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 03 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Autores do Projeto: Vereadores Adair Doniani e José Antonio Fernandes Paiva.

DECRETO Nº 16.686, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Regulamenta a Lei nº 8.340/15 que “acrescenta dispositivos à Lei nº 6.468/09, que “disciplina a veiculação de anúncios no Município de Piracicaba, revoga as Leis nºs 2.068/73, 3.642/93, 3.873/94, 4.070/96 e 4.490/98 e dá outras providências”.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Lei nº 8.340, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º A Lei nº 8.340, de 26 de novembro de 2015, fica regulamentada nos termos do presente Decreto.

Art. 2º A propaganda impressa de que trata o art. 39A, acrescido pela lei ora regulamentada, distribuída ou veiculada através de jornais, revistas, periódicos, folhetos, folders e materiais assemelhados, deverão ter seus caracteres escritos em fonte arial, negritados ou grifados, em tamanho 9 (nove), no mínimo.

Parágrafo único. Quando se tratar de publicidade em imóveis edificadas ou não, realizados por outdoor e demais estruturas semelhantes, deverá ser reservado um espaço de 30cm (trinta centímetros) de altura na parte inferior da propaganda, para conter todas as informações solicitadas pelos órgãos licenciadores, devendo seus dizeres estarem visíveis a uma distância de até 10m (dez metros).

Art. 3º Nos termos do art. 39C, acrescido pela lei ora regulamentada, o valor de multa será aplicado conforme a capacidade econômica do infrator, sendo:

I - quando se tratar de microempresa individual e autônomos, o valor da multa aplicada será de R\$ 800,00 (oitocentos reais);

II - quando se tratar de microempresa, o valor da multa aplicada será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III - quando se tratar de empresa de pequeno porte e demais classificações empresariais, o valor da multa aplicada será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 4º A fiscalização da Lei nº 8.340, de 26 de novembro de 2015 deverá ser feita através da Secretaria Municipal de Defesa do Meio Ambiente e os procedimentos de fiscalização e de recurso contra as penalidades aplicadas deverão observar o disposto na Lei nº 6.468, de 28 de maio de 2.009 – Lei Cidade Limpa e no Decreto nº 13.105, de 23 de abril de 2.009 e suas alterações.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 06 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

FRANCISCO ROGÉRIO VIDAL E SILVA
Secretário Municipal de Defesa do Meio Ambiente

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

Serviço de Informações
à População



www.piracicaba.sp.gov.br

156@piracicaba.sp.gov.br

DECRETO Nº 16.687, DE 07 DE JUNHO DE 2016.
Nomeia Maria de Fátima Alves Silva como ordenadora de despesas da Secretaria Municipal da Ação Cultural.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada MARIA DE FÁTIMA ALVES SILVA, como ordenadora de despesas da Secretaria Municipal da Ação Cultural, no período de 06 a 20 de julho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos de 06 a 20 de julho de 2016.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 07 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16.688, DE 07 DE JUNHO DE 2016.
Renova a Declaração de Utilidade Pública Municipal da Associação de Santa Olímpia, concedida através da Lei nº 7.170/11.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, da Lei nº 5.735/06, alterada pelas de nº 6.198/08 e nº 6.910/10, bem como o parecer favorável do Conselho Municipal de Turismo - COMTURPI, constante de fls. 05, do Processo Administrativo nº 85.818/16, desta Prefeitura Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica renovada a Declaração de Utilidade Pública Municipal, expedida através da Lei nº 7.170, de 09 de novembro de 2011, da ASSOCIAÇÃO DE SANTA OLÍMPIA, inscrita no CNPJ sob nº 55.345.284/0001-40, com sede à Rua Santa Olímpia, nº 75, Bairro Santa Olímpia, em Piracicaba/SP.

Art. 2º A presente renovação é válida por 02 (dois) anos a contar da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 07 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

ROSEMEIRE CALIXTO MASSARUTTO DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Turismo

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

DECRETO Nº 16.689, DE 07 DE JUNHO DE 2016.
Transfere dotações orçamentárias da ordem de R\$ 44.500,00.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º da Lei nº 8.347, de 30 de novembro de 2015 e no art. 16 da Lei nº 8.230, de 30 de junho de 2015, que autoriza o Poder Executivo a realizar, por decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite de 10% (dez por cento) do total das receitas arrecadadas, nos termos do que dispõe o art. 167, inciso VI, da Constituição da República Federativa do Brasil, desde que obedeça aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal,

DECRETA

Art. 1º Fica transferida a importância de R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), constante do Orçamento-Programa para o exercício de 2016, assim discriminada:

Das dotações:					
1)	17	17011	1545200062218	339014	Diárias - Civil:
					R\$ 10.000,00
2)	17	17011	1545200062218	339033	Passagens e Desp. com Loc.:
					R\$ 4.500,00
3)	17	17011	1545200062218	339039	Outros Serv. de Terc. - P. J.:
					R\$ 30.000,00
Para a dotação:					
1)	17	17011	1545200042217	339039	Outros Serv. de Terc. – P.J.:
					R\$ 44.500,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, em 07 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretário Municipal de Finanças

JORGE AKIRA KOBAYASKI
Secretário Municipal de Trânsito e Transportes

MAURO RONTANI
Procurador Geral do Município

Publicado no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCELO MAGRO MAROUN
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Presencial nº 80/2016

Objeto: fornecimento parcelado de dolomita fragmentada (lajão bruto).

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDICAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S)	ITEM
M&G MINERAÇÃO DE CALCÁRIO LTDA	01
DESERTO	02

Piracicaba, 06 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Presencial nº 129/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de combustíveis.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S)	ITEM
GT COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA	01 a 03

Piracicaba, 03 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Presencial nº 130/2016

Objeto: locação de ônibus para os Jogos Abertos do Idoso.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDICAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S)	ITEM
A.N. GUTIERREZ ADASME TRANSPORTES EPP	01

Piracicaba, 07 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Pregão Presencial nº 131/2016

Objeto: registro de preços para locação de ônibus.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDICAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S)	ITEM
VIAÇÃO STÊNICO LTDA	01

Piracicaba, 07 de junho de 2016.

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXPEDIENTE DO DIA 07 DE JUNHO DE 2016

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

“DEFERIDO”

CELIA MARIA SAES, foi servidor (a) desta Municipalidade, no período de 01/09/1992 a 01/03/2010, onde exerceu o cargo de MONITOR DE CEC, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, regido(a) pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Piracicaba, contando com um tempo de serviço prestado de: 5.0656 dias ou 15 (quinze) anos, 06 (seis) e 01 (um) dia tendo sido descontados 02 (dois) anos de afastamento sem vencimento, sendo a contribuição previdenciária recolhida em favor do IPASP – Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Públicos do Município de Piracicaba, Protocolo nº 83981/2016.

CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DE FÉRIAS - PRÊMIO

“DEFERIDO”: 03 meses, nos termos do artigo 75 da Lei Municipal 1972/72.

ELIZABETE DE FÁTIMA MARENGO FERREIRA, nº funcional 133639, PROFESSOR DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-ESTATUTARIO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Protocolo nº 86972/2016.

NIVALDO JOSE DE PAULA, nº funcional 104436, GUARDA CIVIL CL D, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, Protocolo nº 87533/2016.

FÉRIAS PRÊMIO EM PECÚNIA

“DEFERIDO”: 1.1/2 mês nos termos do artigo 78 da Lei Municipal 1972/72.

CASSIA APARECIDA ZINSLY PEZAN, nº funcional 144681, PROFESSOR DE PRE ESCOLA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Protocolo nº 83757/2016.

JULIANA MORAES E SILVA ROCHA, nº funcional 154264, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Protocolo nº 83103/2016.

PAULO TADEU FALANGE, nº funcional 064321, MÉDICO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Protocolo nº 4970/2016.

FÉRIAS PRÊMIO EM GOZO

“DEFERIDO”: 1.1/2 mês nos termos do artigo 77 da Lei Municipal 1972/72. BRUNO SERGIO DE OLIVEIRA, nº funcional 184201, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HS, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 06/06/2016 Protocolo nº 41224/2016.

JOSE RIBEIRO SOBRINHO, nº funcional 87455, SERVIÇOS GERAIS-ESTATUTÁRIO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, a partir de 04/07/2016 Protocolo nº 86726/2016

JULIANA ANDREA GRISOTTO PROTTI, nº funcional 126558, PROGRAMADOR DA FM, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 04/07/2016 Protocolo nº 87563/2016.

LICENÇA DOAÇÃO DE SANGUE

“DEFERIDO” 01 dia, nos termos do artigo 3º, § IV da Lei Municipal 5619/2005 c/c decreto municipal 16618/2016.

ALAN DE OLIVEIRA JARINA, nº funcional 214973, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87857/2016.

ALESSANDRA CARDOSO DA CRUZ NASCIMENTO, nº funcional 212750, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 24/05/2016 Protocolo nº 85805/2016.

ALINE LETICIA COLTURATO LAGE, nº funcional 145872, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87152/2016.

AMANDHA CRUZ SIQUEIRA, nº funcional 206164, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87134/2016.

ANDREIA CLEMENTE SOARES, nº funcional 217409, AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 86380/2016.

CAMILA PEDROSO FERREIRA LISBOA, nº funcional 162035, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87131/2016.

CARLA GRAZIELA SALGADO, nº funcional 184487, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87855/2016.

CELMA GUIMARÃES, nº funcional 222801, AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 31/05/2016 Protocolo nº 88379/2016.

CLAUDIA PIZZINATTO, nº funcional 167012, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87156/2016.

CONCEIÇÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, nº funcional 185653, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 89488/2016.

CRISTIANE DE ALMEIDA, nº funcional 169492, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87128/2016.

CRISTINA MARIA PARRAGA GOMEZ, nº funcional 212890, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87148/2016.

DALVA APARECIDA WENCESLAU ROSSI, nº funcional 155846, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 30/05/2016 Protocolo nº 87863/2016.

DANIELA FABIANA HERRERA, nº funcional 185694, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 31/05/2016 Protocolo nº 89493/2016.

EDNEIA NASCIMENTO FERREIRA TOLEDO, nº funcional 157157, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 20/05/2016 Protocolo nº 85162/2016.

EDUARDO MUNIZ AGUIAR, nº funcional 215937, AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87846/2016.

ELAINE CRISTINA VOLPATO TORREZAN, nº funcional 140439, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 25/05/2016 Protocolo nº 86384/2016.

ELIANE PRISCILA BENATTO, nº funcional 152004, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87132/2016.

ELIZABETE GALDINO DA NOBREGA, nº funcional 219487, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 20/05/2016 Protocolo nº 85158/2016.

ERICA APARECIDA CRUZ DINIS, nº funcional 185832, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 24/05/2016 Protocolo nº 85808/2016.

EVA GONÇALVES CARDOSO, nº funcional 216607, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 23/05/2016 Protocolo nº 85161/2016.

FABIANA ARÃO DA SILVA GOMES, nº funcional 159596, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 88373/2016.

FERNANDA GRAZIELA DA SILVA SCANDIUZZI PEDROSO, nº funcional 218065, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87123/2016.

FERNANDO ANTONIO HOMEM DE MELO PRADO, nº funcional 173664, GUARDA CIVIL CL/2, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 21/05/2016 Protocolo nº 85208/2016.

GISELE DE FATIMA DA CRUZ GODOI, nº funcional 184776, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 30/05/2016 Protocolo nº 89501/2016.

GLED RAMALHO SOUSA, nº funcional 184784, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 88373/2016.

GRAZIELA MARIGO, nº funcional 216917, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87151/2016.



IAMARA DE LOURDES TABAI MASCARIN, nº funcional 131892, MONITOR DE CEC, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87167/2016.

INGRID VERIDIANA BRAGA, nº funcional 214574, AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87165/2016.

ITAMILSON LEITE DOS REIS, nº funcional 141043, GUARDA CIVIL CL/1, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 02/06/2016 Protocolo nº 89371/2016.

JACQUELINE CRISTINA VALERIO, nº funcional 133113, PROFESSOR DE PRÉ ESCOLA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87847/2016.

JOSE MARIA DE FREITAS, nº funcional 121393, SERVIÇOS GERAIS, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 86613/2016.

JULIO CESAR RODRIGUES DE MENEZES, nº funcional 174134, ANALISTA PROGRAMADOR, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87852/2016.

KELLI CRISTINA CORRER TRAVAGLINI, nº funcional 175993, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87130/2016.

LAURO MILTON PIRES CARDOZO, nº funcional 106724, GUARDA CIVIL CL/1, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 01/06/2016 Protocolo nº 89282/2016.

LENITA DA COSTA RAMOS, nº funcional 160553, GUARDA CIVIL CL/2, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 01/06/2016 Protocolo nº 88719/2016.

LETICIA DELOLIO BATAGGIN, nº funcional 203629, GUARDA CIVIL CL/2, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 01/06/2016 Protocolo nº 88988/2016.

LEYTICIA ALVES TEIXEIRA RODRIGUES, nº funcional 215570, AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87154/2016.

LIANA ARRIADA PEREIRA FRITSCH, nº funcional 213438, AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87140/2016.

LOURDES RIBEIRO, nº funcional 108365, MERENDEIRO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87144/2016.

LUIZ CARLOS DE TOLEDO, nº funcional 106655, GUARDA CIVIL CL/D, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 01/06/2016 Protocolo nº 88450/2016.

LUIZ FERNANDO PIRES, nº funcional 135051, GUARDA CIVIL CL/1, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 25/05/2016 Protocolo nº 87466/2016.

MARCELO REGINALDO DA CRUZ, nº funcional 122397, GUARDA CIVIL CL/1, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87315/2016.

MARCOS AURELIO PEREIRA DA SILVA, nº funcional 203629, GUARDA CIVIL CL/2, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 01/06/2016 Protocolo nº 88716/2016.

MARIA AMASILIA FERNANDES DA SILVA, nº funcional 150131, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87854/2016.

MARIA DE LOURDES DA SILVA SANTOS, nº funcional 150701, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 31/05/2016 Protocolo nº 88380/2016.

MARINALVA LEMOS GONÇALVES VIDAL, nº funcional 155785, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87849/2016.

MARLENE MARCELINO PAULA, nº funcional 210951, MERENDEIRO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87159/2016.

MAURICIO JOSE CANALE, nº funcional 146579, AGENTE DE ZOONOSES, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 20/05/2016 Protocolo nº 85698/2016.

MICHELE ANTUNES DELVAJE, nº funcional 162332, ORIENTADOR DE ALUNOS, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87142/2016.

MICHELE FERNANDA CHIARANDA ESTEVAM, nº funcional 185075, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87125/2016.

NEUSA APARECIDA CRISPIM FERREIRA, nº funcional 218561, MERENDEIRO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87845/2016.

NILVA GONÇALVES SANTANA, nº funcional 149549, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 25/05/2016 Protocolo nº 87126/2016.

ODIRLEI APARECIDO BOMBO, nº funcional 203645, GUARDA CIVIL CL/2, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 21/05/2016 Protocolo nº 85072/2016.

PAMELA SUELLEN DE ALMEIDA, nº funcional 213551, AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 31/05/2016 Protocolo nº 88374/2016.

PATRICIA SECAMILE VIEIRA, nº funcional 157344, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87161/2016.

PAULA CRISTINA MACHADO MARTINS, nº funcional 126778, AUXILIAR DE BIBLIOTECA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 25/05/2016 Protocolo nº 86190/2016.

PAULINA APARECIDA CRISPIM, nº funcional 194061, MERENDEIRO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87841/2016.

RAFAEL MORAES HIGASIRAGUTI, nº funcional 200794, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87164/2016.

RAPHAEL FERNANDES DA ROCHA, nº funcional 216119, AGENTE DE ZOONOSES, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 88473/2016.

RENATA SANTANA MIOSSO DABRONZO, nº funcional 176736, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 30/05/2016 Protocolo nº 87861/2016.

SABRINA DE JESUS BARRIROS DOS SANTOS, nº funcional 220078, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87253/2016.

SARA ROBERTA MORAES CORDEIRO, nº funcional 160688, GUARDA CIVIL CL/2, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 86732/2016.

SILVIA REGINA GRAMMATICO, nº funcional 153822, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87860/2016.

VANESSA STURION ROMANINI, nº funcional 182626, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 31/05/2016 Protocolo nº 88377/2016.

VANIA MARIA ZANGEROLAMO, nº funcional 164959, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 24/05/2016 Protocolo nº 85809/2016.

VIVIANE SANTOS VALENCIO, nº funcional 149158, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87157/2016.

WALTER LUIZ VASCONCELOS DE ALMEIDA, nº funcional 214124, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87127/2016.

LICENÇA GALA

"DEFERIDO" 09 dias, conforme artigo 320, § 3º, da CLT.

CAMILA DAYANE GUMIER, nº funcional 157413, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 25/05/2016 Protocolo nº 87667/2016.

DREIDY MARA DE OLIVEIRA, nº funcional 175586, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 24/05/2016 Protocolo nº 86389/2016.

"DEFERIDO" 08 dias, nos termos do artigo 66, II, da Lei Municipal 1972/72. JANETE GOMES, nº funcional 120992, SERVIÇOS GERAIS, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES, a partir de 25/05/2016 Protocolo nº 84020/2016.

LICENÇA NOJO

"DEFERIDO" 09 dias, conforme artigo 473, I, da CLT.

LUCIA CRISTINA BISSIOLI DE OLIVEIRA GONÇALVES, nº funcional 186392, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 17/05/2016 Protocolo nº 90821/2016.

"DEFERIDO" 02 dias, conforme artigo 473, I, da CLT.

GLAUCIA GRAZIELA DE TOLEDO SANTANA BERTO, nº funcional 190682, PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 21/05/2016 Protocolo nº 90796/2016.

JACQUELINE DE CASSIA BORTOLLETO NALIM, nº funcional 219720, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 04/05/2016 Protocolo nº 85797/2016.

MARIANE JUVENAL MARTINS, nº funcional 199625, AUXILIAR DE FARMÁCIA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 29/05/2016 Protocolo nº 87736/2016.

SATIKO KANAMARU AMORYM, nº funcional 167843, MERENDEIRO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 01/05/2016 Protocolo nº 87652/2016.

"DEFERIDO" 02 dias, nos termos do artigo 66, III, da Lei Municipal 1972/72. PEDRO PACHECO, nº funcional 103889, GUARDA CIVIL CL/1, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 16/05/2016 Protocolo nº 87317/2016.

"DEFERIDO" 05 dias, nos termos do artigo 66, III, da Lei Municipal 1972/72. IDAMARES DO CARMO SILVA, nº funcional 117608, AUXILIAR DE ENFERMAGEM, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 27/05/2016 Protocolo nº 87228/2016.

"DEFERIDO" 08 dias, nos termos do artigo 66, III, da Lei Municipal 1972/72. RODOLPHO HOFF JUNIOR, nº funcional 902764, CONSELHEIRO TUTELAR I, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, a partir de 21/05/2016 Protocolo nº 88510/2016.

SUELI APARECIDA MACHI CALIXTO, nº funcional 83237, ESCRITURÁRIO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a partir de 18/05/2016 Protocolo nº 87057/2016.

TERESINHA OLIVEIRA DOS SANTOS, nº funcional 129723, PROFESSOR DE PRÉ ESCOLA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 19/05/2016 Protocolo nº 89560/2016.

"DEFERIDO" 01 dia, nos termos do artigo 66, V, da Lei Municipal 1972/72. MARIA APARECIDA SCARABEL MARDEGAN, nº funcional 130999, CIRURGIÃO DENTISTA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 03/05/2016 Protocolo nº 84116/2016.

"DEFERIDO" 02 dias, nos termos do artigo 66, V, da Lei Municipal 1972/72. CLEUZA DE ALMEIDA VIANA BARBOSA, nº funcional 93166, MERENDEIRO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 11/05/2016 Protocolo nº 85168/2016.

CLODOALDO BATISTA, nº funcional 126973, GUARDA CIVIL CL/1, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 12/05/2016 Protocolo nº 88741/2016.

MILENA MINHARO FELICIO PANDOLFO, nº funcional 118449, PROFESSOR DE PRÉ ESCOLA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 09/05/2016 Protocolo nº 90828/2016.

NEIDE TEREZINHA ROCHA DE CASTRO, nº funcional 119444, AUXILIAR DE PADEIRO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 17/05/2016 Protocolo nº 87770/2016.

NEUSA DE ALMEIDA VIANA COSTA, nº funcional 78232, ESCRITURÁRIO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E RENDA, a partir de 11/05/2016 Protocolo nº 85499/2016.

PATRICIA DE SOUZA SANTOS, nº funcional 130559, GUARDA CIVIL CL/2, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 28/05/2016 Protocolo nº 88462/2016.

SANDRA GUERRA BATISTA, nº funcional 122466, GUARDA CIVIL CL/1, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 12/05/2016 Protocolo nº 86564/2016.

SONIA PATEIS DE FRANÇA, nº funcional 106468, SUBINSPETOR 1, junto à GUARDA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, a partir de 28/04/2016 Protocolo nº 84498/2016.

LICENÇA PATERNIDADE

"DEFERIDO" 05 dias, conforme artigo 7º, XIX, da CF/88 c/c artigo 10, § 1º da ADCT.

EDUARDO ALEXANDRE TRAVALINI, nº funcional 125648, ESCRITURÁRIO, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, a partir de 25/05/2016 Protocolo nº 88111/2016.

PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE

"DEFERIDO" nos termos do artigo 2º, da Lei Municipal nº 7000, de 02 de maio de 2011.

IVANA MONGHINI BORTOLIN, nº funcional 171836, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 23/08/2016 Protocolo nº 85415/2016.

KENIA AIANDRA SILVA RUYZ, nº funcional 202908, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 25/09/2016 Protocolo nº 89590/2016.

LUCIANA DE FATIMA RODRIGUES SOUSA, nº funcional 161447, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 31/08/2016 Protocolo nº 88387/2016.

PRISCILA LIMA PEDRASSANI, nº funcional 168321, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, a partir de 25/08/2016 Protocolo nº 86391/2016.

Piracicaba, 07 de Junho de 2016

JOSÉ ADMIR MORAES LEITE
Secretario Municipal de Administração - Interino.

PROCESSO SELETIVO EDITAL N° 01/2016

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, Estado de São Paulo, divulga a relação dos recursos face ao Resultado das Inscrições Gerais, Afrodescendentes e para Pessoa com Deficiência do Processo Seletivo N° 01/2016 conforme segue:

Houve somente recurso face ao resultado das inscrições gerais homologadas, da candidata abaixo especificada:

Cargo	Nome	Solicitação	Resultado
Professor Substituto de Educação Infantil	MARCELIA BRIGIDA PAULIN COSTA	Regularizar data de nascimento para: 28/06/1977	DEFERIDO. Data de nascimento alterada

PIRACICABA, 08 de junho de 2016

Prefeitura do Município PIRACICABA

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 12/2015

ANULAÇÃO PARCIAL DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO N° 12/2015

Com fundamento na notificação do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região – CREF4/SP de erro na especificação dos requisitos do cargo de Professor de Educação Física para a área de Saúde Mental e tendo em vista o Parecer nº 329/2016 da Procuradoria Geral, que conclui pela existência de vício insanável, ANULO PARCIALMENTE o Edital nº 12/2015, em relação às vagas do respectivo cargo.

Determino a abertura do prazo recursal de 03 (três) dias úteis.

Piracicaba, 08 de junho de 2016.

Gabriel Ferrato dos Santos
Prefeito Municipal



COMUNICADO
Pregão Eletrônico nº 91/2016

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento parcelado de medicamentos.

Comunicamos que o referido pregão foi deserto. Portanto, o mesmo será PRORROGADO, tendo como data de abertura e disputa, o dia 27/06/2016 às 08h e 09h respectivamente.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico <http://www.licitapira.piracicaba.sp.gov.br>. Dúvidas: Fone (19) 3403-1020

Piracicaba, 08 de junho de 2016.

Maria Angelina Chiquito Alanis
Diretora do Departamento de Material e Patrimônio

COMUNICADO
Pregão Presencial nº 124/2016

Prestação de serviços de conexão de internet

Comunicamos que, conforme solicitação da Unidade Requisitante, houve alteração no termo de referência. A nova versão do edital já está disponível para download no site <http://www.piracicaba.sp.gov.br>.

Diante do exposto, informamos que fica marcada a data para abertura e disputa do presente Pregão para o dia 28/06/2016, às 9h.

Piracicaba, 07 de junho de 2016.

Adriana Cristina Alcarde Zotelli
Chefe do Setor de Licitações

COMUNICADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2016

Prestação de serviços de exames oftalmológicos.

A Pregoeira comunica que após análise das propostas apresentadas ao referido Pregão e com base nas declarações da representante da Unidade Requisitante, tendo como participante as empresas: INSTITUTO SUEL ABUJAMRA e PLENA VIDA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL, DELIBEROU por DESCLASSIFICAR a empresa INSTITUTO SUEL ABUJAMRA por não indicar a porcentagem de desconto na proposta e INABILITAR empresa PLENA VIDA ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL por descumprir os itens 8.e.1 (não apresentou atestado de capacidade técnica), 8.e.4 (apresentou Alvará de Funcionamento vencido) e 8.e.5 (não apresentou CNES).

Diante do exposto, o processo fica FRACASSADO.

Piracicaba, 08 de junho de 2016.

Maíra Martins de Oliveira Pessini
Pregoeira

COMUNICADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2016

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores

A Pregoeira comunica que após análise da proposta apresentada ao referido Pregão, tendo como participante a empresa: R.A. ASSIST. TEC. DE ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES LTDA ME, DELIBEROU por CLASSIFICÁ-LA.

Após negociação, análise das documentações apresentadas, DELIBEROU por INABILITÁ-LA por descumprir os itens 9.e.2 e 9.e.3 (não apresentou indicação do responsável técnico nem comprovou que o mesmo faz parte do quadro permanente da empresa), e 9.e.4 (não apresentou certidão de registro junto ao CREA.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras para prorrogação.

Piracicaba, 08 de junho de 2016.

Maíra Martins de Oliveira Pessini
Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2016

Objeto: Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, durante o exercício de 2016.

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDICAÇÃO realizada pelo PREGOEIRO a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S)	ITEM (S)
NAKAMUTA E ALBORGUETE DISTR. DE ALIMENTOS LTDA ME.	01, 02, 03, 05 e 06.
SPECIALATTO COM. DE ALIMENTOS EIRELI – ME.	04.
DESERTO.	07, 08 e 09.

Piracicaba, 08 de junho de 2016.

Eliete Nunes F. da Silva
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS

Departamento de Administração Financeira

Em atendimento a Lei Federal 9452 de 20 de março de 1997 informamos que os recursos recebidos da união foram os seguintes:

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

ATENÇÃO BÁSICA	
DATA	VALOR RECEBIDO
6/3/2016	240.228,70
6/6/2016	12.117,30

MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
DATA	VALOR RECEBIDO
5/9/2016	388.105,06
6/6/2016	424.256,17

VIGILANCIA EM SAUDE	
DATA	VALOR RECEBIDO
5/23/2016	2.900,37

TRANSFERENCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

COTA-PARTE DA COMP.FINANC.DE REC.MINERAIS - CFM	
DATA	VALOR RECEBIDO
06/06/16	8.617,00

CONVÊNIOS REPASSADOS PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FNDE-PROGR.NAC.TRANSP.ESCOLAR PNATE	
DATA	VALOR RECEBIDO
5/6/2016	22.032,40

Divisão de Fiscalização de Atividades Industriais Comerciais e Serviços

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 08/ 2016

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, do(s) estabelecimento(s) abaixo relacionados(s) para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização de Atividades Industriais Comerciais e Serviços do Departamento de Administração Fazendária, para tratar de assuntos relacionados a sua Inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes - C.M.C. e outros assuntos pertinentes.

O não comparecimento do presente Edital, implicará: a) No cancelamento da Inscrição Municipal, pela forma EX-OFÍCIO, nos termos do Artigo 21, Parágrafo 3º do Decreto nº 5.354/90 - SEM PREJUÍZO DOS DÉBITOS EXISTENTES; b) Arquivamento do pedido.

Piracicaba, 07 de junho de 2016.

CONTRIBUINTE.....	PROCESSO Nº
LEONCIO ALVEVS PEREIRA	14186/1979
TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A – TELESP	5916/1981
PANSIERA & PANCIERA LTDA	12510/1982
MIGUEL LAMATRIZ	10929/1984
BAR BARÃO DE SERRA NEGRA DE PIRACICABA LTDA.....	8544/1984
GIBIM COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	6562/1990
MANOEL FERNANDES DOS SANTOS.....	16681/1993
DIONISIO CONSOLINI JUNIOR ME	12014/1995
CARLOS SILVEIRA DE ABREU ME	19147/1996
TATHY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA – ME.....	4693/1997
JOÃO OSMAR DE GODOI PIRACICABA ME	13842/1997
MAISON SARA LILIA COM. ROUPAS LTDA ME	18254/2001
THIAGO ROCCIA.....	710/2001
MARIA LUCIA DEGASPARÉ DIAS	21543/2002
GLOBO COMERCIO DE MATERIAIS E INSTALAÇÕES ELETRICAS, INSTRUMENTAÇÃO E AUTOMAÇÃO LTDA EPP	611/2004
CORRETA ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE S/S.....	23701/2004
DIMAS JOSE POMPEU CERA ME.....	30976/2004
FABIO HENRIQUE GARBIN ME.....	26147/2005
SÓ MOLAS – IND. E COM. DE MOLAS LTDA ME	16304/2005
AUDTEC COM. APARELHOS AUDITIVOS LTDA.....	52675/2006
CREMOSINHO IND. E COM. DE SORVETES LTDA ME	148229/2010
VANESKA COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA ME	104379/2010
PEHACRIS COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA – ME	82787/2011
PEHACRIS COMERCIO DO VESTUÁRIO LTDA.....	80632/2011
GRABERTH DE OLIVEIRA & LIMA LTDA.....	29356/2012
AA DA SILVA FERRAGENS – ME.....	147377/2012
GABRIELA GOMES RESTAURANTE ME	81142/2012
MURIEL ALESSANDRA PERES LIMA – ME.....	211164/2014
JACKSON COLINA	79443/2016
MARILETE LEAL CARDOSO.....	15475/2016

Departamento de Administração Fazendária
Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 70/2016

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou Representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao levantamento fiscal específico, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo de Levantamento Específico No. 84898/2015 e 104285/2009, os procedimentos adotados nos presente processos, todos aplicados na data de 18/05/2016, Auto de Infração e Imposição de Multa Nº 61196, 61197 e 61198 e Notificações de Lançamentos No. 51104 e 51092

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 02 de junho de 2.016

CONTRIBUINTE:
VINICIUS PELUCI DE ANDRADE
AV: PIRACICAMIRIM, 2492 – PIRACICAMIRIM - PIRACICABA/SP
CEP 13417-780 – CNPJ:11.089.140/0001-02 – CPD:616431.

Departamento de Administração Fazendária
Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 71 / 2016

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados à Notificação de Lançamento, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo de LEVANTAMENTO ESPECIFICO nº 91.680/2.014, de todos os procedimentos adotados no presente processo, todos aplicados na data de 02 de junho de 2.016 – Notificação de Lançamento nº 70.823 (fls. 16 a 21); Auto de Infração e Imposição de Multa nº 72.274 (fls. 22).

O não comparecimento do presente Edital implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 02 de junho de 2.016.

CONTRIBUINTE:
ASSOCIAÇÃO ESTANCIA AGUA BONITA
END.: FAZENDA PAU D' ALHO - PIRACICABA / S.P.
CEP: 13.400-000 – C.P.D. 101.329 - CNPJ: 05.077.405/0001-41

Departamento de Administração Fazendária
Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 72/ 2016

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados à Notificação de Lançamento, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo de LEVANTAMENTO ESPECÍFICO No. 14295/2016, de todos os procedimentos adotados no presente processo, aplicados na data de 06/junho/2016: Notificação de Lançamento Nº 70.797 (FLS. 21 a 29), Auto de Infração e Imposição de Multa nº 72191 (fls.30 A 35);

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 06 de junho de 2.016

CONTRIBUINTE:
ALFA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Rua Xavantes 424 – Paulicéia – Piracicaba/SP
EP: 13.424-170 - CPD: 612523 - CNPJ: 68.195.494/0001-40



Departamento de Administração Fazendária
Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 73/2016

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao Processo Administrativo, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo nº 102465/2015, que deu origem a Notificação de Lançamento nº70837 e aos Autos de Infração nº 72290 e 72291, todos de 07/06/2016.

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 07 de junho de 2.016.

CONTRIBUINTE:

MARTINS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME

END.: R. EUCLIDES HUBERT, 222, DOIS CÓRREGOS - PIRACICABA/SP

CEP: 13420-830 - CPD: 624385 - CNPJ: 13.149.826/0001-69

Departamento de Administração Fazendária
Divisão de Fiscalização

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E LANÇAMENTO Nº 74/2016

Pelo presente Edital, ficam convocados o titular, sócio ou representante legal, da empresa relacionada abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias, compareçam na Divisão de Fiscalização do Departamento de Administração Tributária, para tratar de assuntos relacionados ao Processo Administrativo, quitação de débitos de Imposto Sobre Serviços – ISS e outros assuntos pertinentes, relacionado ao Processo Administrativo nº 60987/2016, que deu origem a Notificação de Lançamento nº70836 de 06/06/2016 e ao Auto de Infração nº72289 de 06/06/2016.

O não comparecimento do presente Edital, implicará no lançamento dos referidos débitos em Dívida Ativa, nos termos do Artigo 44, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal). O contribuinte poderá impugnar a presente exigência fiscal, independente de prévio depósito, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do edital, mediante defesa escrita e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas, nos termos do Artigo 446 Lei Complementar nº 224, de 13 de Novembro de 2008 (Código Tributário Municipal).

Piracicaba, 06 de JUNHO de 2.016

CONTRIBUINTE:

LABORATÓRIO CLÍNICO SÃO LUCAS S/A

END: RUA RAFAEL ALOIZI Nº109 - PIRACICABA/SP

CEP: 13.405-205 - CPD: 294471 - CNPJ: 56.975.899/0001-12

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES INTERNOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Transportes Internos

Enquadramento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93

Nº.Proc.	Objeto	Fornecedor	Valor	Data
10903/16	Peças para revisão e reparo do chicote elétrico do sistema de injeção eletrônica	Valdiesel Com. Peças e Aces.para Veículos Ltda. – Me.	R\$ 350,00	5/5/2016
10903/16	Revisão e reparo do chicote elétrico do sistema de injeção eletrônica	Valdiesel Com. Peças e Aces. para Veículos Ltda. – Me.	R\$ 1.050,00	5/5/2016
10903/16	Peças para manutenção preventiva do compressor de ar	Edison Galende Júnior Mecânica – Me.	R\$ 246,00	11/5/2016
10903/16	Manutenção preventiva do compressor de ar	Edison Galende Júnior Mecânica – Me.	R\$ 75,00	11/5/2016
10903/16	Peças para caixa de mudanças	Retífica e Comércio de Peças Roel Ltda. – Me	R\$ 4.703,00	19/5/2016
10903/16	Revisão da caixa de mudanças	Retífica e Comércio de Peças Roel Ltda. – Me	R\$ 390,00	19/5/2016
10903/16	Peças para molejos	Emílio Carlos de Oliveira Orsini – Me.	R\$ 1.883,00	23/5/2016
10903/16	Serviços de troca dos molejos	Emílio Carlos de Oliveira Orsini – Me.	R\$ 1.160,00	23/5/2016
10903/16	Peças para cardans	Cardans Viracar Comércio de Peças Ltda. – EPP.	R\$ 1.493,00	27/5/2016
10903/16	Revisão dos cardans	Cardans Viracar Comércio de Peças Ltda. – EPP.	R\$ 400,00	27/5/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 276/2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2016

PROCESSO Nº 33.460/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de medicamentos

PREÇO REGISTRADO

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
06	200	Tubo	ANESTÉSICO SEM VASOCONSTRITOR CONTENDO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 36mg/tubete (20mg/ml). Caixa com 50 tubetes de 1,8 ml contendo na caixa, externamente, dados de identificação e procedência, número de lote, prazo de validade, Registro no Ministério da Saúde.	R\$ 0,80	R\$ 160,00
13	30	Ampola	CLORIDRATO DE NALOXONA, 0,4MG/ML. AMPOLA 1ML.	R\$ 6,16	R\$ 184,80
18	50	Ampola	FLUMAZENIL 0,1MG/ML. AMPOLA 5ML.	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
20	2.000	Ampola	HEPARINA 5.000U/I 0,25ML - USO SUBCUTANEO. AMPOLA 0,25ML.	R\$ 3,57	R\$ 7.140,00
27	10.000	Ampola	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG/ML, solução injetável, ampola 2ml.	R\$ 1,10	R\$ 11.000,00

Itens 06, 13, 18, 20 e 27 - Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2016

REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento parcelado de medicamentos

HOMOLOGO o procedimento licitatório acima descrito, conforme ADJUDICAÇÃO realizada pela PREGOEIRA a favor da(s) seguinte(s) empresa(s):

EMPRESA(S)

PRATI DONADUZZI & CIA LTDA.

DIMACI/SP MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACEUTICOS S.A

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

FRACASSADO

ITENS

01, 12 e 15

02, 03, 04, 05, 10 e 14

06

07, 08 e 09

13

11

Piracicaba, 06 de junho de 2016.

Dr. PEDRO ANTONIO DE MELLO
Secretário Municipal de Saúde

PROCURADORIA GERAL

Rerratificação do Instrumento Particular de Promessa de Doação celebrado entre a Prefeitura do Município de Piracicaba e DIATHEKE PLÁSTICOS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – (SEMDEC)

Processo Admin.: 73.480/2008.

Base Legal: Lei nº 4.020/95 e suas alterações.

Objeto: doação dos Lotes nº 05 e 06, da Quadra R – do Loteamento Uninorte, tendo como condição a implantação de unidade produtiva.

Data: 18/11/2008.

DA RERRATIFICAÇÃO

Objeto: retificar a numeração dos lotes que passa a serem os lotes nº 04 e 05 da Quadra R do Loteamento Industrial Uninorte.

Data: 15/04/2016.

Contratada: ISMED FARMACÊUTICA LTDA. – CNPJ nº 21.013.392/0001-01 (SAÚDE)

Contrato nº 747/2016.

Proc. Admin.: nº 141.647/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 231/2015 – Ata de Registro de Preços nº 142/2016 (válida até 11/04/2017).

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos.

Valor: R\$ 188.931,25 (cento e oitenta e oito mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

Prazo: 31/12/2016.

Data: 08/06/2016.

Contratada: DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – CNPJ nº 04.027.894/0003-26 (SAÚDE)

Contrato nº 746/2016.

Proc. Admin.: nº 141.647/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 231/2015 – Ata de Registro de Preços nº 140/2016 (válida até 11/04/2017).

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos.

Valor: R\$ 71.600,00 (setenta e um mil e seiscentos reais).

Prazo: 31/12/2016.

Data: 08/06/2016.

Contratada: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA. – CNPJ nº 67.729.178/0004-91 (SAÚDE)

Contrato nº 745/2016.

Proc. Admin.: nº 141.647/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 231/2015 – Ata de Registro de Preços nº 141/2016 (válida até 11/04/2017).

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos.

Valor: R\$ 109.340,00 (cento e nove mil, trezentos e quarenta reais).

Prazo: 31/12/2016.

Data: 08/06/2016.

Contratada: INTERLAB FARMACÊUTICALTDA. – CNPJ nº 43.295.831/0001-40 (SAÚDE)

Contrato nº 744/2016.

Proc. Admin.: nº 141.647/2015.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 231/2015 – Ata de Registro de Preços nº 139/2016 (válida até 11/04/2017).

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos.

Valor: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais).

Prazo: 31/12/2016.

Data: 08/06/2016.

Contratada: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – CNPJ nº 94.516.671/0002-34 (SAÚDE)

Contrato nº 743/2016.

Proc. Admin.: nº 20.728/2016.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 28/2016 – Ata de Registro de Preços nº 175/2016 (válida até 25/04/2017).

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos.

Valor: R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais).

Prazo: 31/12/2016.

Data: 08/06/2016.

Contratada: DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – CNPJ nº 04.027.894/0003-26 (SAÚDE)

Contrato nº 742/2016.

Proc. Admin.: nº 20.728/2016.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 28/2016 – Ata de Registro de Preços nº 178/2016 (válida até 25/04/2017).

Objeto: Fornecimento parcelado de medicamentos.

Valor: R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais).

Prazo: 31/12/2016.

Data: 08/06/2016.

Contratada: RODRIGO RECHE RIBEIRO – ME. – CNPJ nº 23.000.867/0001-42 (SEMAD)

Contrato nº 741/2016.

Proc. Admin.: nº 51.036/2016.

Licitação: Pregão Eletrônico nº 76/2016.

Objeto: aquisição de papéis.

Valor: R\$ 36.331,00 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e um reais).

Prazo: até a entrega definitiva.

Data: 08/06/2016.

Aditamento ao Contrato - Contratada: WORKS CONSTRUÇÃO & SERVIÇOS EIRELI. – CNPJ nº 56.419.492/0001-09 (EDUCAÇÃO/ SEDEMA/SEMA/ SEMAC/SELAM/SEMDES)

Proc. Admin.: nº 119.482/2014.

Licitação: Pregão Presencial nº 165/2014.

Objeto: Prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios.

Valor: R\$ 15.414.464,52 (quinze milhões, quatrocentos e quatorze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Prazo: 12 (doze) meses.

Data: 01/10/2014.



DO ADITIVO – VALOR

Termo de Aditamento nº 119.482/2014-1/4.
Valor: R\$ 66.576,09 (sessenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e nove centavos).
Data: 08/06/2016.

Aditamento ao Contrato - Contratada: PROJECON PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL PIRACICABA LTDA. - CNPJ nº 00.167.424/0001-45 (SEMOB/SEMUTTRAN)
Contrato nº 91.952/2015-1/0.
Proc. Admin.: nº 91.952/2015.
Licitação: Tomada de Preços nº 36/2015.
Objeto: Execução de obras para remodelação viária para construção de área de treinamento de condutores, no Bairro Santa Terezinha, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos.
Valor: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).
Prazo: 120 (cento e vinte) dias.
Data: 20/10/2015.

DO ADITIVO – PRAZO

Aditivo nº 91.952/2015-1/1.
Prazo: 120 (cento e vinte) dias.
Data: 03/06/2016.

Contratada: A.M.V. COMÉRCIO PROMOÇÕES EVENTOS E ARBITRAGENS LTDA. – CNPJ nº 01.286.781/0001-95 (SEMAG)
Contrato nº 740/2016.
Proc. Admin.: nº 22.210/2016.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 29/2016.
Objeto: Aquisição de troféus e medalhas.
Valor: R\$ 12.998,00 (doze mil, novecentos e noventa e oito reais).
Prazo: até a entrega definitiva.
Data: 08/06/2016.

Aditamento ao Contrato - Contrato de Locação – Locadora: Sra. DIRCE TREVIZAN. (SAÚDE)
Proc. Admin.: nº 60.164/2014.
Licitação: Dispensa de Licitação – Artigo 24, inciso X, c/c Artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: locação de imóvel localizado à Avenida França, nº 227, Bairro Cidade Jardim, para instalação da UBS Centro.
Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais.
Prazo: 12 (doze) meses.
Data: 06/05/2014.

DO ADITIVO – PRAZO E VALOR

Termo de Aditamento nº 60.164/2014-1/2.
Prazo: 12 (doze) meses.
Valor: R\$ 7.139,39 (sete mil, cento e trinta e nove reais e trinta e nove centavos) mensais.
Data: 08/06/2015.

Contratada: STEFANINI MOTORS VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. – CNPJ nº 04.695.932/0001-57 (SEMUTTRAN)
Contrato nº 739/2016.
Proc. Admin.: nº 63.687/2016.
Licitação: Inexigibilidade de Licitação – Art. 25, inciso I, c/c Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Prestação de serviços de revisões periódicas obrigatórias.
Valor: R\$ 1.148,56 (um mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).
Prazo: até o término das revisões.
Data: 08/06/2016.

Contratada: DUPATRI HOSPITALAR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. – CNPJ nº 04.027.894/0003-26 (SAÚDE)
Contrato nº 738/2016.
Proc. Admin.: nº 180.032/2015.
Licitação: Pregão Eletrônico nº 320/2015 – Ata de Registro de Preços nº 133/2016 (válida até 08/04/2017).
Objeto: Fornecimento parcelado de materiais de enfermagem.
Valor: R\$ 662,40 (seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).
Prazo: 31/12/2016.
Data: 08/06/2016.

1ª CÂMARA DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 1ª sessão extraordinária realizada na data de 11/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 18.906/2014
RECORRENTE: João José Cardinalli Ieda
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO

CONSELHEIROS PRESENTES: JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI e VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário.

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade.

Trata-se o presente de recurso ordinário interposto junto ao Conselho de Contribuintes, com fundamento no artigo 37 do Decreto Municipal nº 11.062/2005, contra a r. decisão proferida em primeira instância administrativa, que indeferiu o pedido de desconto sobre os valores de IPTU e Taxa de Serviços Públicos, referente ao exercício de 2014, pretendido pelo recorrente. Pleiteia o contribuinte, em fls. 02, o desconto de 50% sobre os valores do IPTU e Taxa de Serviços Públicos, para o exercício de 2014, concernente ao imóvel sito a Rua Capitão Emídio - Bairro São Dimas, CPD 184471, com área territorial de 490,00 m², em virtude do imóvel destinar-se a exploração de horta, de acordo o Art. 92 da Lei Complementar nº 224/2008, alterado pela Lei Complementar nº 241/2009. Vota a Relatora pelo não provimento do recurso ordinário, mantendo a decisão de 1ª instância administrativa, com a cobrança do IPTU e Taxa de Serviços Públicos, exercício de 2014, para o imóvel cadastrado sob CPD 184471, sem a concessão do desconto, em virtude do interessado não ter apresentado nenhum documento que comprovasse o cultivo de horta em 2/3 do imóvel, conforme prevê a legislação vigente. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 18.906/2014
RECORRENTE: João José Cardinalli Ieda
Rua Barão de Piracicamirim, 814 – Apto 32 – São Dimas CEP 13.416-005
Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 1ª sessão extraordinária realizada na data de 11/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 54.853/2012
RECORRENTE: Ramos & Cassieri Contabilidade Ltda Me
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI
CONSELHEIRO DE VISTA: LUIZ ÂNGELO SABBADIN

CONSELHEIROS PRESENTES: JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI e VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário.

DECISÃO: Negado Provimento por Unanimidade.

Trata-se o presente processo de questão iniciada em virtude de reclassificação fiscal do Interessado, onde se discute se a alíquota é fixa ou variável (sociedade profissional ou empresária). Decorreu nos autos decisão inicial deste Conselho indeferindo o pleito e posterior Mandado de Segurança do Interessado. Diante das inúmeras situações ventiladas nos autos, importante referendar e mencionar que não se pode confundir o mérito do presente recurso com o mérito do recurso e das ações judiciais que tramitam. O presente feito visa somente discutir a possibilidade ou não do lançamento e os efeitos de eventuais depósitos. O Relator vê como regular e obrigatório o lançamento imposto nos autos e julga improcedente o recurso interposto. O Conselheiro de vista Luiz Ângelo Sabbadin, discute no presente somente a regularidade do suposto “relançamento do débito”, razões às fls. 345, para a prevenção da decadência e os efeitos de eventuais depósitos judiciais. Compulsando os autos observa que acertadamente a decisão de fls. 415-416 julgou regular e obrigatório o lançamento do tributo. Adota integralmente a decisão do Conselheiro Relator. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 54.853/2012
RECORRENTE Ramos & Cassieri Contabilidade Ltda Me
Rua Prudente de Moraes, 454 – Centro CEP 13.400-310
Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 1ª sessão extraordinária realizada na data de 11/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 19.751/2000
RECORRENTE: Agripoint Consultoria Ltda
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: ISSQN
CONSELHEIRO RELATOR: RODRIGO PRADO MARQUES
CONSELHEIRO DE VISTA: FABIANO RAVELLI
“ad hoc” LUIZ ÂNGELO SABBADIN

CONSELHEIROS PRESENTES: JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI e VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário.

DECISÃO: Negado Provimento por Maioria.

Versa o presente Recurso Ordinário sobre insurgência do contribuinte contra a reclassificação fiscal de suas atividades. Alega que apenas realizou alteração no quadro social da empresa, sem mudar seu objeto, que não há elemento de empresa em sua atividade, que está registrada perante o Cartório de Registro de Pessoa Jurídica, que todos os sócios da empresa são engenheiros agrônomos - profissão autônoma regulamentada, e que a distribuição de lucro e a forma de constituição da empresa, por si só, não justificam a alteração de classificação fiscal. Para o Relator é evidente o caráter empresarial da sociedade, pois durante a sustentação oral realizada pela recorrente, um dos sócios da empresa admitiu verbalmente que o sócio fundador atualmente serve como uma referência de mercado para empresa, pouco atuando de forma efetiva em suas atividades. Ademais, admitiu também que a empresa possui quadro funcional com profissionais de ocupação distinta da sua atividade fim, contando com economista, analistas de sistema e assistentes administrativos para a prestação do serviço. Tais informações são confirmadas documentalmente em fls. 279 e ss. Vota pelo seu não provimento, mantendo-se a decisão de primeira instância, sem aplicação retroativa da alíquota (considerar data da DIC de fls. 163). Para o Conselheiro de vista FABIANO RAVELLI “ad hoc” LUIZ ÂNGELO SABBADIN discorda do Relator, por não vislumbrar o caráter empresarial da sociedade que justifique a reclassificação fiscal para recolhimento do ISSQN na forma variável. A maneira como a mesma desenvolve suas atividades se traduzem de forma intelectual, científica e técnica, demandando atuação específica dos profissionais constantes de seu quadro societário, todos eles engenheiros agrônomos. O fato do sócio presente na sustentação oral ter informado que o cliente em geral procura pela Agripoint e não por seus engenheiros, corrobora com o caráter empresarial da atividade. Vota o Conselheiro de vista pelo provimento do Recurso Ordinário, para anular a decisão de primeira instância, anulando os efeitos da reclassificação fiscal da Recorrente, mantendo-a sob a sistemática do recolhimento do ISSQN nos termos do artigo 9º, §3º do Decreto -Lei nº. 406/68 (recolhimento fixo por profissional). Votaram com o Conselheiro relator, os Conselheiros Helena, José Coral, Márcio, Renato, Ricardo, Roberto, Rodrigo, Viviane e Tatiane. Votaram com o Conselheiro de vista, o Conselheiro José Silvestre. Negado provimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 19.751/2000
RECORRENTE: Agripoint Consultoria Ltda
Rua Treze de Maio, 768 – Sala 11 – Centro CEP 13.400-300
Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 1ª sessão extraordinária realizada na data de 11/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 187.054/2014
PROCESSO Nº. 187.056/2014
PROCESSO Nº. 187.057/2014
RECORRENTE: Carlos Alberto Valério
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: ANTÔNIO CARLOS DOS REIS
CONSELHEIRO DE VISTA: JOSÉ SILVESTRE DA SILVA

CONSELHEIROS PRESENTES: JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI e VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ÂNGELO SABBADIN, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário.

DECISÃO: Negado Provimento por Unanimidade.

Trata-se de pedido de individualização da dívida do IPTU 2014, em montante proporcional à área possuída pelos compromissários Recorrentes, no contexto de loteamento imobiliário clandestino. O parcelamento de solo no município de Piracicaba acha-se disciplinado na Lei Complementar nº 207/2007. Com o parcelamento do IPTU 2014 e a consequente regularidade fiscal das propriedades, deu-se a perda do objeto da pretensão, por analogia às disposições do art. 267, VI do extinto CPC/1973. Lembrando que legitimados para confessar e compor os débitos perante o Fisco são os proprietários legais Josemar de Lima Oriani, Eliane Aparecida de Lima Oriani, Stella Maris Guidetti Lima Milani/Vagner Lorenzetti Milani e Leideliz Guidetti Lima Gatti/Rodolpho Ferrari Gatti. Por outro lado, incontestável a impossibilidade de acatamento do pleito os Recorrentes, por falta de amparo regulamentar.

DISQUE
DENÚNCIA

Sua arma contra
a VIOLÊNCIA.

LIGUE GRÁTIS

181



Sigilo **ABSOLUTO** - Atendimento 24 horas



Diante disso, vota o Relator por conhecer o recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a decisão proferida em Primeira Instância Administrativa. O Conselheiro de vista JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, após análise dos autos, outro entendimento não poderia ser que o de acompanhar o voto proferido pelo relator. Em sendo assim, O Conselheiro de vista também nega provimento ao recurso para manter inalterada a r. decisão de Primeira Instância. Negado provimento por unanimidade. Os Conselheiros Ricardo Augusti e Viviane Matos se declaram impedidos de votar.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 187.054/2014
PROCESSO Nº. 187.056/2014
PROCESSO Nº. 187.057/2014
RECORRENTE: Carlos Alberto Valério
Rua Pedro Chiarini, 74 – Vila Independência CEP 13.416-330
Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 265ª sessão realizada na data de 18/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 4.386/2014
RECORRENTE: Tel Telecomunicações Ltda
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: ISSQN
CONSELHEIRO RELATOR: ANTÔNIO CARLOS DOS REIS

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI, SIDNEI ALVES e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade.

Trata-se de recurso ordinário da recorrente, que tem como tomadora de seus serviços a Telefônica S/A. É fato que a Tel Telecomunicações mantém filial em Piracicaba. Há prova de que essa unidade possui quadro de 1.152 (hum mil e cento e cinquenta e dois funcionários). Do conjunto da ampla defesa e do contraditório ofertados ao Recorrente, extrai-se duas teses. A primeira, a sua filial Piracicaba não configura estabelecimento prestador, à luz dos arts. 3º e 4º da LC-116/2003. A segunda, de que há excesso de exação. A desqualificação do estabelecimento prestador em Piracicaba advém da escolha do município de Bauru para centralizar suas operações no Estado de São Paulo, de onde emite os documentos fiscais compreensivos dos serviços prestados nesta unidade da federação. Quanto a pretensão do Recorrente, conheço o recurso ordinário e, no mérito, voto pelo seu improvimento, mantendo-se a decisão proferida em Primeira Instância Administrativa, pelos seus próprios fundamentos. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 4.386/2014
RECORRENTE: Tel Telecomunicações Ltda
Rua Alferes José Caetano, 581 - Centro CEP 13.400-120 –
Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 265ª sessão realizada na data de 18/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 63.481/2013
RECORRENTE: Sítio Santo Antônio
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO
CONSELHEIRO DE VISTA: MÁRCIO ANTÔNIO BARBON

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI, SIDNEI ALVES e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Pedido de Reconsideração

DECISÃO: NCU - Negado Conhecimento por Unanimidade.

Trata o presente de Pedido de Reconsideração impetrado por Carla Regiane Pupin contra decisão proferida pela 1ª Câmara do Conselho de Contribuintes de Piracicaba em sessão realizada em 1º/12/14, conforme extrato de julgamento acostado às fls. Considerando que o Contribuinte não foi notificado formalmente da decisão de 1ª Instância Administrativa e não recebeu a notificação da decisão deste Conselho, conforme pode ser verificado em fls. 97, com o retorno do AR. A Relatora dá provimento ao Pedido de Reconsideração impetrado pelo recorrente, vez que o imóvel embora tenha apresentado uma quantidade abaixo da esperada para o exercício de 2013, o pedido só pode ser protocolado após o conhecimento da decisão deste Conselho, de acordo com as alegações da requerente através do site do Conselho de Contribuinte, o imóvel tem comprovado sua destinação à atividade agrícola de cana-de-açúcar. Já o Conselheiro de vista Márcio Barbon diverge do posicionamento da relatora. Após 3 tentativas de envio de correspondência via Aviso de Recebimento, conforme documentos folhas 97, no endereço indicado pela própria contribuinte nos autos (Avenida Laranjal Paulista, 465), não houve êxito por parte da empresa CORREIOS, a decisão foi publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba, em sua edição de 06/01/2015. O recorrente colacionou novos documentos aos autos fora do prazo de trinta dias fixado no art. 456 do CTM. Vota o Conselheiro de vista pelo não conhecimento do recurso, mantendo-se a decisão deste Conselho apenso de folhas 95 a 96, que reformou a decisão de primeira instância, no sentido de lançar o IPTU 2013 para o CPD 1568045. A Conselheira Helena declina de seu voto e acompanha o voto de vista. Negado conhecimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 63.481/2013
RECORRENTE: Sítio Santo Antônio
Rua Alferes José Caetano, 581 - Centro CEP 13.400-120 –
Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 265ª sessão realizada na data de 18/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 74.388/2012
RECORRENTE: Votorantim Cimentos S/A
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: ISSQN
CONSELHEIRO RELATOR: RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI
CONSELHEIRO DE VISTA: RODRIGO PRADO MARQUES

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI, SIDNEI ALVES e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPM - Negado Provimento por Maioria

Trata-se o presente processo de lançamento e auto de infração pela incorreção em documentos fiscais, em 5 autos, discutindo-se em essência, recolhimento parcial de valores de ISSQN em serviços de concretagem, pela dedução de materiais e a incorreção dos documentos fiscais lançados consequentemente. Para o Relator, o recurso movido pelo interessado merece provimento. Impende-se destacar que sendo reconhecido como serviço, a essência da lei remete ao fato de se realizar algo em favor de terceiro, em obrigação de fazer. Ressalva se faz à situação que os materiais deverão ser produzidos fora do local de execução de obra e não no local (pois senão estaria sujeito ao ISS). Os Tribunais Superiores, incluindo-se STJ e STF já parecem de maneira irreversível ter se filiado à tal possibilidade, estando em pauta, inclusive, a proposição de súmula vinculante n.º 65. Vota o Relator pelo provimento do recurso ordinário do Contribuinte, a fim de se anular os autos de infração e lançamentos questionados. Já para o Conselheiro de vista Rodrigo Marques, a Lei de Execuções Fiscais, nº 6.830/80, em seu artigo 38, parágrafo único, preconiza que a propositura, pelo contribuinte, de certas ações judiciais, importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso já interposto. A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto, portanto, vota pelo não provimento do recurso ora apresentado. Todos os Conselheiros votam com o Conselheiro de vista, à exceção do Relator. Negado provimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 74.388/2012
RECORRENTE: Votorantim Cimentos S/A
Rua Francisco Carlos de Castro Neves, 833 Parte B – Unileste
CEP 13.412-327 - Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 265ª sessão realizada na data de 18/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 115.509/2013
RECORRENTE: PMP
RECORRIDO: Renata Bottene
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI, SIDNEI ALVES e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) I - Recurso de Ofício

DECISÃO: DPPU - Dado Provimento Parcial por Unanimidade.

Trata o presente procedimento administrativo de Recurso de Ofício interposto pela Municipalidade em face da revisão de lançamento dos imóveis matriculados sob n.º 7.279 (Quinhão 01), n.º 7.280 (Quinhão 02), n.º 7.281 (Quinhão 03) e n.º 7.282 (Quinhão 04) todos do 2.º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Piracicaba/SP e, por via de consequência, a duplicidade do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), nos termos do art. 455 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 224/2008. Após análise do caso apresentado, bem como de todas as informações e documentos acostados nos autos, de imediato, posiciono-me pelo conhecimento do Recurso de Ofício e, no seu mérito, pelo deferimento parcial, para assim, alterar em parte a decisão de Primeira Instância. Dado provimento parcial por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 115.509/2013
RECORRENTE: Renata Bottene
Rua João de Oliveira Algodal, 337 / Apto 308 – Jardim Elite
CEP 13.417-430 Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. Sª. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 265ª sessão realizada na data de 18/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 62.075/2015
RECORRENTE: Sindicato dos Condutores de Piracicaba
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI, SIDNEI ALVES e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) I - Recurso Ordinário

DECISÃO: NCU - Negado Conhecimento por Unanimidade.

Trata o presente procedimento administrativo de Recurso Ordinário interposto pelo Recorrente em face da decisão de Primeira Instância de fls. 31 que indeferiu o pedido de imunidade do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel localizado Rua Santa Cruz, n.º 2.161, bairro Alto, nesta cidade e Estado (fls. 35/37). No caso específico, alega o Contribuinte, em apertada síntese, que a entidade ora Recorrente não representa a classe patronal e, sim, o classe dos trabalhadores – categoria econômica dos condutores autônomos de veículos rodoviários. Alega, também, outros pontos de seus Estatuto Social relatando que se enquadra perfeitamente na previsão constitucional quanto a imunidade do IPTU. Vota a Relatora pela Intempestividade do presente Recurso Ordinário, acarretando seu não conhecimento. Negado conhecimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 62.075/2015
RECORRENTE: Sindicato dos Condutores de Piracicaba
Rua Santa Cruz, 2161 – Alto CEP 13.419-035 – Piracicaba / SP



Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 265ª sessão realizada na data de 18/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 54.049/2009
RECORRENTE: Secretaria de Finanças - DTI
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI, SIDNEI ALVES e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso de Ofício

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade

Trata o presente procedimento administrativo de Recurso de Ofício interposto pela Municipalidade em face de decisão exoneratória da cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), em virtude de erro de lançamento, nos termos do art. 455 da Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 224, de 13/11/2008 (fls. 76/77). No caso específico, a Divisão de Tributos Imobiliários do Departamento de Administração Tributária da Secretaria Municipal de Finanças (SEMFI) instaurou o presente processo para as providências necessárias quanto a revisão do lançamento dos imóveis cadastrados nos CPD's n.º 94.777-5, n.º 63.008-1, n.º 141.500-0 e n.º 81.408-8, com o intuito de regularizar o seu cadastro técnico imobiliário e, por via de consequência, o lançamento do IPTU. Vota a Relatora pelo indeferimento do recurso de ofício, mantendo-se inalterada a decisão de Primeira Instância. Negado provimento por unanimidade

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 54.049/2009
RECORRENTE: Secretaria de Finanças - DTI

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 265ª sessão realizada na data de 18/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 41.006/2014
RECORRENTE: Cross Business Dynamics S/C Ltda
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: IVANJO CRISTIANO SPADOTE

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI, SIDNEI ALVES e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU - Negado Provimento por Unanimidade

Trata o presente processo pleiteando a isenção de IPTU 2014 devido à exploração pecuária de gado existente no local. O imóvel em questão esta inscrito sob o CPD nº 562.233. Conforme se extrai do presente processo, após visita "in loco" da Vigilância Sanitária, constatou-se que a atividade exercida é diversa da declarada no requerimento, bem como não foi observada a presença de gado no local. Há área de pastagem boa, porem sem indícios de utilização. No tocante a venda de gados, melhor sorte não resta a Recorrente, pois não foram juntadas as cópias da GTA – Guias de Transito Animal, documento obrigatório em qualquer comercialização de animais dentro do Estado de São Paulo e que poderia comprovar a litude e ocorrência das vendas alegadas. O Relator conhece do recurso apresentado, e, no mérito, nega provimento para manter a decisão de primeira instância. Negado provimento por unanimidade

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 41.006/2014
RECORRENTE: Cross Business Dynamics S/C Ltda
Av. Barão de Serra Negra, 688 – Vila Rezende CEP 13.405-220 - Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 265ª sessão realizada na data de 18/04/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 54.774/2015
RECORRENTE: Cross Business Dynamics S/C Ltda
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: IVANJO CRISTIANO SPADOTE

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI, SIDNEI ALVES e TALITA DE OLIVEIRA FORTUOSO (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPM - Negado provimento por unanimidade.

Trata o presente processo de pleitear a isenção de IPTU 2015 devido à exploração pecuária de gado existente no local. O imóvel em questão esta inscrito sob o CPD nº 562.233. Conforme se extrai do presente processo, o comodatário Antonio Ademir Zeffa também possui contrato com imóvel contíguo pertencente à Lune Agropecuária Ltda.-ME denominado Sítio São José. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ 11.172.245/0001-12 em nome de Zeffa Agro Pecuária se referem a esse imóvel (Chácara do Ceveiro). Entretanto, a declaração de vacinação obrigatória, GTA (guia de trânsito animal) e o extrato de movimentação do gado estão em nome da Lune Agropecuária Ltda. (Sítio São José). O Relator conhece do recurso apresentado, e no mérito nego provimento para manter a decisão de primeira instância. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 54.774/2015
RECORRENTE: Cross Business Dynamics S/C Ltda
Av. Barão de Serra Negra, 688 – Vila Rezende CEP 13.405-220 - Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 266ª sessão realizada na data de 02/05/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 78.670/2015
RECORRENTE: Igreja Universal do Reino de Deus
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: VIVIANE MORENO LOPES e MATOS
CONSELHEIRO DE VISTA: MÁRCIO ANTÔNIO BARBON

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). ANTÔNIO PEDRO CARVALHO, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ANGELO SABBADIN E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NCU - Negado Conhecimento por Unanimidade.

Trata-se de pleito de isenção do IPTU do exercício de 2015 efetuada pela Recorrente – Igreja Universal do Reino de Deus - para o imóvel situado à Rua Nilo Peçanha, 744, cadastrado nesta Municipalidade sob CPD nº 563572, alegando ser locatária de imóvel urbano destinado exclusivamente para fins religiosos. O prazo de vigência do mencionado contrato, firmado inicialmente por 48 meses, encontra-se prorrogado por prazo indeterminado nos termos do parágrafo único do artigo 56 da Lei de Locações, visto que passados mais de trinta dias de seu término, o locatário permanece no imóvel. A Relatora conhece do recurso, dando provimento para que seja reconhecido o direito à isenção do IPTU para o exercício de 2015. Já o Conselheiro de vista Márcio Barbon considera que, tendo em vista o indeferimento em 1ª. Instância administrativa, foi enviado correspondência, via Aviso de Recebimento, no endereço indicado pelo próprio requerente, na data de 24/06/2015. A decisão fora publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba na sua edição de 06/08/2015, folhas 55 a 57. O recorrente apresentou recurso ordinário na data de 05/10/2015, fora do prazo de trinta dias fixado no art. 456 do CTM. Ante o exposto, contrariamente à relatora, vota pelo não conhecimento deste recurso, mantendo-se a decisão de primeira instância sobre o pedido de isenção do IPTU 2015 para o CPD 563572. A Conselheira Viviane vota também com o Conselheiro de vista. Negado conhecimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 78.670/2015
RECORRENTE: Igreja Universal do Reino de Deus
Rua dos Missionários, 139 – 6º andar / Setor Jurídico
CEP 04729-000 – São Paulo / SP
Rua Nilo Peçanha, 760 – Santa Terezinha
CEP 13.408-025 Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 266ª sessão realizada na data de 02/05/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 74.072/2014
RECORRENTE: PMP
RECORRIDO: Sítio São Francisco I
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: FABIANO RAVELLI
CONSELHEIRO DE VISTA: ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, RODRIGO PRADO MARQUES, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). ANTÔNIO PEDRO CARVALHO, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ANGELO SABBADIN E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ofício

DECISÃO: NPM – Negado Provimento por Maioria

Trata-se o presente de recurso de ofício contra decisão de fls. 29 que deferiu o pedido de isenção de IPTU para os exercícios de 2014, relativo ao imóvel cadastrado sob CPD 1568030. Em síntese, a decisão primária estabeleceu o seguinte: a) a isenção do IPTU do ano de 2014 do imóvel identificado sob CPD 1568030, argumentando tratar-se de imóvel rural, com base na Lei Complementar 224 de 2008 em especial ao artigo 123 e 161 e Decreto 15439 de 2013; b) considerando a documentação apresentada, e as informações acostadas nos autos e a Informação da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMA de folhas 26 e 27, sendo o imóvel efetivamente produtivo e destinado economicamente a atividade rural deferiu o pedido de isenção para 2014, visto que apresentou todos os documentos necessários para se beneficiar da isenção do IPTU de Imóvel Rural conforme as Leis que disciplinam o Sistema Tributário Municipal. O Relator conhece do recurso de ofício interposto, e no mérito nega-lhe provimento, mantendo-se inalterada a decisão em primeira instância administrativa, a fim de conceder a Isenção de IPTU de Imóvel Rural para o ano de 2014 do imóvel CPD 1568030. Já o Conselheiro de vista Roberto dos Santos considera a produtividade exigida para aprovação da isenção do IPTU, para a propriedade em análise, foi de apenas 489,64 t, o que representa 70,2% (setenta virgula dois por cento) da produtividade exigida. Portanto, vota o Conselheiro de vista no sentido de dar provimento ao recurso de ofício, modificando a decisão de primeira instância, obrigando o recorrido a recolher o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), uma vez que a produtividade obtida pela propriedade não logrou alcançar a média exigida pela legislação municipal vigente. Votaram com o Conselheiro relator, os Conselheiros Helena, José Coral, Márcio, Pedro, Renato, Ricardo, Rodrigo, Tatiane e Viviane. Votaram com o Conselheiro de vista, o Conselheiro José Silvestre. Negado provimento por maioria, mantendo-se a decisão de primeira instância.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 74.072/2014
RECORRIDO: Sítio São Francisco I
Av. Dois Córregos, 2599 – Dois Córregos CEP 13.420-861 Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 266ª sessão realizada na data de 02/05/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº. 121.350/2015
RECORRENTE: Odair Luiz Renosto
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: TAXA
CONSELHEIRO RELATOR: LUIZ ÂNGELO SABBADIN

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). ANTÔNIO PEDRO CARVALHO, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ANGELO SABBADIN E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade.

Trata o presente processo de Recurso Ordinário em razão do indeferimento do Pedido de Isenção da Taxa de Serviços Públicos lançados sobre as vagas de garagem do apartamento nº. 152 do Edifício Solar de Marques de San Rafaelle, imóveis cadastrados sob CPDs 156.587-2 e 156.587-3. Não logrou êxito o Recorrente em provar que o pedido atende as condições mínimas impostas pela legislação municipal, para fruição da isenção do artigo 110 da LC 224/08. Na matrícula nº. 24.994 do 1º CRI Local, fls. 08 a 33 não consta o desmembramento das vagas de garagem que ensejassem a geração de novas unidades imobiliárias, muito embora o lançamento do IPTU dos referidos imóveis sejam separados. Ante o exposto, conheço do recurso apresentado e no mérito nego provimento, mantendo-se integralmente a decisão de 1ª Instância que indeferiu o Pedido de Isenção da Taxa de Serviços Públicos. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº. 121.350/2015
RECORRENTE: Odair Luiz Renosto
Av. Lourdes Salles, 235 – Terras III – Terras de Piracicaba
CEP 13.403-859 Piracicaba / SP



Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 266ª sessão realizada na data de 02/05/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 152.035/2013
RECORRENTE: PMP
RECORRIDO: Eva Rodrigues de Moraes Jorge
ASSUNTO: TAXA

CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO

CONSELHEIROS PRESENTES: FABIANO RAVELLI, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, ROBERTO DOS SANTOS RIBEIRO, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). ANTÔNIO PEDRO CARVALHO, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ANGELO SABBADIN E RICARDO ALEXANDRE AUGUSTI (suplentes) - Recurso de Ofício

DECISÃO: NPU – Negado Provimento por Unanimidade.

Trata o presente de recurso de ofício, nos termos do Art. 455 da Lei Complementar nº 224/2008, tendo em vista a decisão de Primeira Instância Administrativa que deferiu o pedido da remissão do débito referente a Contribuição de Melhorias - Pavimentação, exercícios de 2009 a 2012, incidentes para o imóvel sito a Rua Monsenhor Bastos, nº 1.220, Bairro Jardim Oriente, cadastrado sob CPD nº 1447343. A SEMDES - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, atesta que durante a visita domiciliar e entrevista sócio econômica, constatou que a renda da familiar é de R\$ 160,00 (¼ do salário mínimo). Considerando o relatório da SEMDES, tendo sido verificada a precária situação econômica da requerente e os documentos que constam dos autos, a contribuinte atende os critérios estabelecidos na legislação vigente, nego provimento ao recurso de ofício, mantendo a decisão da 1ª Instância Administrativa, para a remissão dos débitos da Contribuição de Melhorias - Pavimentação referente ao imóvel cadastrado sob CPD 1447343, exercícios de 2009 a 2012. Negado provimento por unanimidade.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 152.035/2013
RECORRIDO: Eva Rodrigues de Moraes Jorge
Rua Monsenhor Bastos, 1220 – Jardim Oriente
Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 267ª sessão realizada na data de 16/05/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 71.612/2014
RECORRENTE: Sítio Mantellato
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: IVANJO CRISTIANO SPADOTE
CONSELHEIRO DE 1ª VISTA: MÁRCIO ANTÔNIO BARBON
CONSELHEIRO DE 2ª VISTA: FABIANO RAVELLI

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ANGELO SABBADIN E SIDNEI ALVES (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: DPM – Dado Provimento Por Maioria

Trata o presente processo sobre recurso ordinário interposto pela municipalidade nos termos do art. 455 da LC nº 224/08. No caso, o contribuinte protocolou requerimento pleiteando a isenção de IPTU devido à produção agrícola de milho existente no local. O imóvel em questão está inscrito sob o CPD nº 1568020, matrícula nº 54.192, 1º CRI. Após análise da documentação acostada aos autos, posiciono-me pelo conhecimento do recurso ordinário, e, no mérito, pelo seu deferimento, reformando-se a decisão de primeira instância. Conforme se extrai do presente processo, há evidente produção de milho no local, sendo ela condizente com os parâmetros de produtividade estabelecidos pelos índices oficiais (86,42%). O Relator conhece do recurso apresentado, e dá provimento para reformar a decisão de primeira instância, cancelando-se o IPTU do exercício de 2014 lançado para o CPD 1568020. Já o Conselheiro de 1ª vista, Márcio Barbon, diverge do posicionamento do relator pelo fato de venda a contribuinte do Estado, quem faz a declaração é a empresa que recebe a mercadoria do produtor, no caso a empresa “SATOSHI ITO E OUTROS”. No relatório E-DIPAM dos exercícios de 2012 e 2013, não consta nenhuma compra de produtor rural naqueles exercícios, o que não significa que não tenha havido venda, pode ter ocorrido falta de declaração da empresa SATOSHI ITO. Do Sr. José Nivaldo Mantellato é a única nota fiscal de compra de insumos, apensa em folhas 16, que declara que a aquisição dos insumos é em seu nome, devido ser o único cooperado (folhas 17), arrenda a propriedade pagando o valor de R\$ 3.600,00, porém a efetiva venda da produção é feita pelo proprietário do imóvel, não aferindo nenhuma renda para si, conforme documentos apensos ao processo. Conforme atestado pelo SEMA em folhas 25, após vistoria realizada no dia 30/01/2015, não foi avistado na área qualquer cultivo de milho e/ou outra cultura, havendo somente mato alto e capim. O Conselheiro de primeira vista vota pelo indeferimento do recurso ordinário, pois não comprovada a destinação econômica da área. Já o Conselheiro de 2ª vista, Fabiano Ravelli, considera que, diante da análise dos documentos e dos fatos acima expostos, dá provimento ao pedido de isenção de IPTU de Imóvel Rural para o CPD 1568020, reformando a decisão em primeira instância. Votaram com o Conselheiro Relator, os Conselheiros André, Fabiano, José Coral, Renato e Viviane. Votaram com o Conselheiro de 1ª vista, os Conselheiros Helena, José Silvestre e Tatiane. Dado provimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 71.612/2014
RECORRENTE: Sítio Mantellato
Rua do Róssio, 56 - Nova Piracicaba
– Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 267ª sessão realizada na data de 16/05/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 74.617/2014
RECORRENTE: Leonilda Galvani Marchini
RECORRIDO: PMP
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: JOSÉ CORAL
CONSELHEIRO DE VISTA: MÁRCIO ANTÔNIO BARBON

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ANGELO SABBADIN E SIDNEI ALVES (suplentes) - Recurso Ordinário

DECISÃO: NCM – Negado Conhecimento por Maioria

Trata-se de pedido de Recurso formulado pela Contribuinte contra decisão deste R. Conselho de Contribuintes, que analisou e deu provimento ao recurso de ofício da Municipalidade, julgando indevida a isenção de IPTU exercício 2014. O artigo 123 da Lei Complementar nº 224/2008 isenta de pagamento os proprietários de terreno, mesmo que localizado na Zona Urbana, desde que seja utilizado comprovadamente em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro industrial. A Recorrente apresenta o contrato de parceria agrícola do imóvel, firmado em 03/12/2012, com vencimento em 2017. O documento de fl. 22, demonstra que o parceiro agricultor da área produz cana de açúcar no imóvel e que é a responsável pelo trato da terra, cultivo, plantio e colheita. A Legislação que regula o assunto em tela é clara ao exigir que a área possua produção agrícola, mas não determina que a produção seja cultivada única e exclusivamente pelo proprietário do imóvel. Assim sendo, vota o Relator pelo provimento do presente pedido de Recurso, para que seja deferido ao contribuinte a isenção do IPTU para o exercício de 2014. Já o Conselheiro de vista, Márcio Barbon, diverge do posicionamento do relator, tendo em vista o indeferimento de 1ª. Instância Administrativa apenso em folhas 57/58, quando foi encaminhado comunicado ao contribuinte, tendo obtido êxito na data de 27/10/2015, tomando ciência da decisão. Assim, iniciou-se a contagem do prazo para apresentação do recurso junto ao Conselho de Contribuintes, no dia imediatamente posterior a intimação, ou seja, 28/10/2015, prazo esse que venceu em 26/11/2015, sendo o recurso protocolado apenas no dia 30/11/2015. Ante o exposto, contrariamente ao relator, vota pelo não conhecimento deste recurso, mantendo-se a decisão de 1ª. Instância Administrativa pelo indeferimento do recurso, mantendo-se o lançamento do IPTU 2014 para o CPD 1569614. Votaram com o Conselheiro relator, os Conselheiros Fabiano e Viviane. Votaram com os Conselheiro de vista, os Conselheiros André, Helena, Ivanjo, José Silvestre, Renato e Tatiane. Negado conhecimento por maioria.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 74.617/2014
RECORRENTE: Leonilda Galvani Marchini
Rua Moraes Barros, 459 – Centro
Piracicaba / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Comunicamos V. S^a. da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes do Município de Piracicaba, em 267ª sessão realizada na data de 16/05/2016, conforme consta do extrato de julgamento, a saber:

PROCESSO Nº: 72.375/2015
RECORRENTE: PMP
RECORRIDO: Sítio Belloto
ASSUNTO: IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: HELENA MARIA GAMA DE AQUINO

CONSELHEIROS PRESENTES: ANDRÉ MÁRCIO DOS SANTOS, FABIANO RAVELLI, IVANJO CRISTIANO SPADOTE, JOSÉ CORAL, JOSÉ SILVESTRE DA SILVA, MÁRCIO ANTÔNIO BARBON, RENATO RONSINI, TATIANE APARECIDA NARCISO GASPAROTTI E VIVIANE MORENO LOPES E MATOS (titulares). ANTÔNIO CARLOS DOS REIS, HELENA MARIA GAMA DE AQUINO, LUIZ ANGELO SABBADIN E SIDNEI ALVES (suplentes) - Recurso Ofício

DECISÃO: NPM – Negado Provimento por Maioria

Trata o presente de recurso de ofício, tendo em vista a decisão de primeira instância administrativa que deferiu o pedido de isenção de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, exercício de 2015, para o imóvel da Matrícula nº. 67.376 do 1º C.R.I., fls. 05/06, com área territorial de 32.276,53 m², cadastrado nesta Municipalidade sob CPD: 1568043, visto que apresentou todos os documentos necessários para se enquadrar junto ao Decreto. Portanto, atende os critérios estabelecidos no Decreto nº 15.439 de 26/12/2013, Art. 123 e 161 da Lei Complementar nº 224/2008. Considerando-se as notas fiscais de comercialização apresentadas em fls. 23, 24 e 26 dos autos, o imóvel é efetivamente produtivo e apresenta destinação econômica. Diante do que consta nos autos e de acordo com o Laudo Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMA, e informação da Secretaria Municipal de Finanças, que os requisitos estabelecidos foram atendidos, portanto o imóvel em questão encontra-se amparado no Art. 123 e 161 da Lei Complementar nº 224/2008, Código Tributário do Município de Piracicaba. Vota pelo Não Provimento do Recurso de Ofício, mantendo-se a decisão da Primeira Instância Administrativa, que concede isenção do IPTU, mantendo-se a cobrança da Taxa de Serviços Públicos, exercício de 2015, para o imóvel do CPD 1568043, por seus próprios fundamentos. O Conselheiro Ivanjo e José Silvestre, declararam-se impedidos de votar. A Conselheira Tatiane vota contrariamente. Negado provimento por maioria, mantendo-se a decisão de primeira instância.

Após o recebimento do AR enviado ao Contribuinte, ou ciência direta no processo notificando-o da decisão do julgamento, se unânime, encaminhe-se à Secretaria de Finanças para demais providências, se por maioria, aguardar o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de contrarrazões ou, se cabível, pedido de reconsideração e/ou revisão pela parte interessada.

RENATO RONSINI
Presidente

PROCESSO Nº: 72.375/2015
RECORRIDO: Sítio Belloto
Rua Dna Eugênia, 243 – São Dimas
Piracicaba / SP

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO E DIVULGAÇÃO
Expediente do dia 06 de junho de 2016
Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados
001922/2016	LINALVA MELO DE MACEDO
001923/2016	MAIKON FERREIRA PEIXOTO
001924/2016	CASA DA BORRACHA PIRACICABA LTDA - EPP
001925/2016	ARES PCJ - AGÊNCIA REGULADORA
001926/2016	ARES PCJ - AGÊNCIA REGULADORA
001927/2016	ARES PCJ - AGÊNCIA REGULADORA
001928/2016	VEREADOR ADAIR DONIANI
001929/2016	VEREADOR LAÉRCIO TREVISAN
001930/2016	VEREADOR LAÉRCIO TREVISAN
001931/2016	DEFENSOR PÚBLICO COORDENADOR DO ATENDIMENTO
001932/2016	ADILSON JOSE RODRIGUES LISBOA
001933/2016	SELAM - SECRETARIA DE ESPORTES LAZER E ATIVIDADES MOTORAS
001934/2016	COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO
001935/2016	VEREADOR PAULO ROBERTO DE CAMPOS
001936/2016	LUIZ CARLOS RODRIGUES
001937/2016	ALEXSANDRO GUERREIRO DA SILVA
001938/2016	DESENTUPIDORA DD GIL PAULISTA LTDA - EPP.
001939/2016	MARCIO PORTO LEMOS

Despachos	Processo	Interessado
Protocolos		
001490/2016	002314/2015	MEIRE GISLAINE MANUEL: "Deferido".
001639/2016	000980/2016	ANGELAMARIA LOPES DA SILVA ROSALEM: "Arquivado".
001729/2016		DIVÃO DE CADASTRO TÉCNICO: "Deferido".
001782/2016		SIDNEY LUIZ MAZZERO: "Deferido".
001816/2016		MIGUEL BEDRAN HELOU KRAIDE: "Deferido".
001817/2016		MARIA DE LOURDES INFORÇATO DI PIERO: "Deferido".
001818/2016		DIVISÃO DE CADASTRO TÉCNICO: "Deferido".
001819/2016		PMP/DIVISÃO DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS: "Deferido".
001821/2016		CARMEM AGUADO NETTO: "Deferido".
001831/2016		PMP / DIVISÃO DE TRIBUTOS IMOBILIÁRIOS: "Deferido".
003827/2015	002267/2015	ADRIANA APARECIDA ROEL FELIX: "Arquivado".
003880/2015	002314/2015	MEIRE GISLAINE MANUEL: "Arquivado".

SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO E DIVULGAÇÃO
Expediente do dia 07 de junho de 2016
Protocolados e Encaminhados

Protocolos	Interessados
001922/2016	LINALVA MELO DE MACEDO
001923/2016	MAIKON FERREIRA PEIXOTO
001924/2016	CASA DA BORRACHA PIRACICABA LTDA - EPP
001925/2016	ARES PCJ - AGÊNCIA REGULADORA
001926/2016	ARES PCJ - AGÊNCIA REGULADORA
001927/2016	ARES PCJ - AGÊNCIA REGULADORA
001928/2016	VEREADOR ADAIR DONIANI
001929/2016	VEREADOR LAÉRCIO TREVISAN
001930/2016	VEREADOR LAÉRCIO TREVISAN
001931/2016	DEFENSOR PÚBLICO COORDENADOR DO ATENDIMENTO
001932/2016	ADILSON JOSE RODRIGUES LISBOA
001933/2016	SELAM - SECRETARIA DE ESPORTES LAZER E ATIVIDADES MOTORAS
001934/2016	COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO
001935/2016	VEREADOR PAULO ROBERTO DE CAMPOS
001936/2016	LUIZ CARLOS RODRIGUES
001937/2016	ALEXSANDRO GUERREIRO DA SILVA
001938/2016	DESENTUPIDORA DD GIL PAULISTA LTDA - EPP.
001939/2016	MARCIO PORTO LEMOS



Nº 541/16 - De autoria do vereador Francisco Almeida do Nascimento, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre colocação de lixeira (container), na rua Doutor Adolfo A. N. de Vasconcelos, em frente ao número 287, Bairro Jardim Bartira, conforme indicação 954/14.

Nº 542/16 - De autoria do vereador Francisco Almeida do Nascimento, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre calçamento de área verde localizada na rua Francisco de Oliveira Ferraz, no bairro Bongue, conforme Indicação 1022/14.

Nº 543/16 - De autoria do vereador Francisco Almeida do Nascimento, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre a instalação de lâmpadas de LED em avenidas de Piracicaba.

Nº 544/16 - De autoria do vereador Francisco Almeida do Nascimento, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre melhorias no CRAB da Vila Rezende (posto de saúde), localizada na avenida Santo Estevão, número 394, no bairro Vila Rezende, conforme Indicação 947/14.

Nº 547/16 - De autoria do vereador Laércio Trevisan, que solicita informações ao Chefe do Executivo sobre as enchentes que ocorrem na cidade de Piracicaba.

EM SEGUNDA DISCUSSÃO

Projeto de Lei

Nº 330/14 - De autoria do vereador José Antonio Fernandes Paiva, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nos estabelecimentos que especifica, no âmbito do Município, (com Nova Redação).
EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

Projetos de Lei

Nº 108/16 - De autoria do vereador Laércio Trevisan, que denomina de “Dario Querubino de Oliveira”, estrada do loteamento Chácara Ipê, no bairro Conceição, neste Município, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

Nº 112/16 - De autoria do vereador José Aparecido Longatto, que denomina de “Luiza Zenn”, via pública do Loteamento Raízes, no Bairro Vale do Sol, neste Município, (com Substitutivo 01 da C.L.J.R.).

Nº 136/16 - De autoria da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, que denomina de “Carlos Bartholomeu de Arruda, prolongamento de via pública do Loteamentos Jardim Dom Bosco e Jardim Nova Capri, Bairro Santa Terezinha.

Nº 137/16 - De autoria da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, que dispõe sobre denominação de vias públicas no Loteamento residencial Novo Campestre, Bairro Campestre.

Tribuna Popular – Marcos Cesar de Jesus Ramos
Tema: Adicional de Periculosidade da Guarda Civil

HAVERÁ ENTREGA DA MOÇÃO Nº 27/16
AUTORIA – André Gustavo Bandeira
PARA – Voluntários em Ação Contra o Câncer Infantil de Piracicaba - Vaccip

1º ORADOR – ver. José Aparecido Longatto.

- Fim -

“Um pouco de você pode ser o tudo para alguém! Doe sangue, órgãos, tecidos e medula óssea”.
Resolução nº 05/07

PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE SALTINHO

DECRETO Nº 1.671, DE 07 DE JUNHO DE 2016
(Cria o Conselho de Regulação e Controle Social – CRCS do Município de Saltinho, e dá outras providências).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTINHO no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o Art. 47 da Lei Federal nº 11.445/2007 – Política Nacional de Saneamento;

Considerando o Art. 34 do Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei Federal nº 11.445/2007;

Considerando o previsto no Título V, do Protocolo de Intenções da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ, ratificado pela Lei Municipal nº 548, de 20 de Novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o CONSELHO DE REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, no âmbito do Município de Saltinho, como órgão consultivo da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ, sendo composto, no que couber, por 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente:

I - do titular dos serviços de saneamento básico;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de organizações da sociedade civil;

VI - do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

§1º. As organizações da sociedade civil (inciso VI), que indicarem representante ao Conselho de Regulação e Controle Social, deverão estar devidamente criadas e legalizadas, com registro em cartório há pelo menos 05 (cinco) anos, além de possuir, em seus objetivos estatutários, atuação na área de saneamento básico, devidamente comprovada.

§2º. Os membros do Conselho de Regulação e Controle Social serão indicados pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º. Compete ao Conselho de Regulação e Controle Social:

I - avaliar as propostas de fixação, revisão e reajuste tarifário dos serviços de saneamento básico no âmbito do Município consorciado;

II - encaminhar reclamações e denunciar irregularidades na prestação de serviço;

III - elaborar, deliberar e aprovar seu Regimento Interno, bem como suas posteriores alterações.

Parágrafo único. As competências deste Conselho de Regulação e Controle Social serão limitadas às matérias relativas ao Município de Saltinho.

Art. 3º. O Conselho de Regulação e Controle Social reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado.

§1º. As reuniões do Conselho de Regulação e Controle Social serão públicas e presididas pelo representante do titular dos serviços de saneamento.

§2º. Cada um dos membros do Conselho de Regulação e Controle Social terá direito a um voto em suas reuniões.

§3º. O Presidente do Conselho de Regulação e Controle Social votará apenas em caso de empate.

§4º. Ninguém poderá representar ou votar em nome de duas ou mais entidades numa mesma reunião do Conselho de Regulação e Controle Social.

§5º. As formas de convocação e de funcionamento do Conselho de Regulação e Controle Social serão definidas em seu Regimento Interno.

§6º. Considera-se dispensada a convocação prevista no parágrafo anterior quando, na reunião, comparecer a totalidade dos membros.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 07 de Junho de 2016.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
- Prefeito Municipal -

Publicado no mural de avisos do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho na data supra, e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

IVAN CARLOS MENDES
- Coordenador Jurídico -

DECRETO Nº 1.672, DE 07 DE JUNHO DE 2016

(Nomeia os membros do Conselho de Regulação e Controle Social – CRCS, e dá outras providências). O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTINHO no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto nº 1.671, de 07 de Junho de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Regulação e Controle Social do Município de Saltinho, sendo:

I – TITULAR DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO

Titular: IVAN CARLOS MENDES

Suplente: LUCAS SALVADOR SPADA

II – ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS RELACIONADOS AO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

Titular: FLAVIO HUMBERTO PERINA JUNIOR

Suplente: PAULO TUPPY

III – PRESTADOR DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Titular: JOSÉ VALDEMIR SPADA

Suplente: ANDERSON RICARDO QUILLIS

IV – USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Titular: GILSON ANTONIO BENTO

Suplente: ARI ROBERTO TONIN

VI - ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: LUIZ APARECIDO LOPES

Suplente: FRANCISCO OBERDAN BERNARDINO

VIII - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Titular: JOÃO FRANCISCO DE LIMA

Suplente: MIRELA CASSANO BATTAGLIA

Parágrafo único. Caberá ao representante do Titular dos Serviços de Saneamento Básico (Município) presidir o Conselho de Regulação e Controle Social.

Art. 2º. Os membros do Conselho de Regulação e Controle Social terão mandatos de 02 (dois) anos, a partir de 10 de Junho de 2016.

Art. 3º. Os trabalhos realizados junto ao Conselho de Regulação e Controle Social serão considerados de relevância para o Município, e seus membros não receberão nenhuma remuneração ou gratificação de qualquer espécie.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Saltinho, em 07 de junho de 2016.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
- Prefeito Municipal -

Publicado no mural de avisos do Departamento Administrativo da Prefeitura do Município de Saltinho na data supra, e no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

IVAN CARLOS MENDES
- Coordenador Jurídico -

PORTARIA N.º 1.256, DE 13 DE JUNHO 2016.

“Nomeia Comissão de Avaliação de Imóveis para fins de desapropriação e dá outras providências.” O Prefeito do Município de Saltinho, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

R E S O L V E:

Art. 1.º - Ficam nomeados os servidores públicos municipais: SR. LUCAS SALVADOR SPADA, SRA. MARTA REGINA BARRICHELLO e SRA. MARTA BERNO REGONHA, para sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Avaliação para fins de desapropriação de duas áreas de terras, sendo área 01 com 483,00 m², localizada no limite do Município de Saltinho e Piracicaba, com frente para a Estrada municipal STH-31, e área 02 com 1.680,24 m², localizada na Rua Joaquim Mendes pereira, antiga Estrada Municipal Pedro Bortoleto ou Estrada do Formigueiro, neste município, a serem destacadas das Transcrições: 37.744, 45.877 e 46.090, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Piracicaba, de Propriedade de SUCESSORES DE BENITO FILIPPINI e ORIETA DA SILVA FILIPPINI, áreas essas já declaradas de utilidades públicas pelo Decreto n.º 1.667, de 11 de maio de 2016, incluso, o qual passa a fazer parte integrante da presente Portaria.

Art. 2º - À Comissão ora nomeada compete avaliar as áreas nuas de terras referidas no art. 1º desta Portaria, emitindo o competente “laudos de avaliações”.

Art. 3º - Para melhor corroborar com os laudos a serem elaborados, esta Comissão poderá ainda providenciar mediante autorização do Chefe Executivo, avaliações promovidas por empresas atuantes no ramo imobiliário, cujas despesas correrão por conta do Poder Público.

Art. 4º - Os servidores municipais membros desta Comissão não receberão remuneração a qualquer título, sendo seus trabalhos considerados de relevância para o Município e terão prazo de 15 dias para apresentação do laudo final de avaliação.

Art. 5.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Saltinho, 02 de maio de 2016.

CLAUDEMIR FRANCISCO TORINA
- Prefeito Municipal -

Publicada e registrada em livros próprios do Departamento e afixada no quadro de publicações instalado no átrio desta Prefeitura Municipal de Saltinho, na data supra.

IVAN CARLOS MENDES
- Coordenador Jurídico –

MEMORIAL DESCRITIVO

AREA 01

Iniciando a descrição do perímetro no ponto 1 com coordenadas em UTM de (Ponto 1 : E 222541.48 - N 7471751.09), deste segue com caminhada no sentido Horário até o ponto 2 (linha divisória de limites do Município de Saltinho e Piracicaba), com frente para a Estrada municipal STH-31, com azimute e distância de: 1>2: 34°4'29" - 12,86 metros; do ponto 2 deflete à direita e segue até o ponto 3, pela linha divisória de limites do Município de Saltinho e Piracicaba, confrontando a área remanescente das Transcrições: 37.744, 45.877 e 46.090, do 2º CRI de Piracicaba, Propriedade de SUCESSORES DE BENITO FILIPPINI e ORIETA DA SILVA FILIPPINI, com azimute e distância de: 2>3: 62°33'20" - 57,98 metros; do ponto 3 deflete à direita e segue até o ponto 1 (inicial), confrontando a área remanescente das Transcrições: 37.744, 45.877 e 46.090, do 2º CRI de Piracicaba, Propriedade de SUCESSORES DE BENITO FILIPPINI e ORIETA DA SILVA FILIPPINI, com o seguinte caminhada de azimute e distância de: 3>4: 112°7'30" - 12,19 metros; 4>5: 202°7'30" - 10,00 metros; 5>6: 292°7'30" - 12,83 metros; 6>1: 242°33'20" - 61,33 metros. Fechando assim o perímetro que abrange uma área de 483,00 m².

AREA 02

Iniciando a descrição do perímetro no ponto 1 com coordenadas em UTM de (Ponto 1 : E 222693.62m - N 7471407.71m) ponto comum com o alinhamento da Rua Joaquim Mendes pereira, Antiga Estrada Municipal Pedro Bortoleto ou Estrada do Formigueiro, deste segue até o ponto 2 com frente para a Rua Joaquim Mendes pereira, Antiga Estrada Municipal Pedro Bortoleto ou Estrada do Formigueiro com azimute e distância de: 1>2: 274°13'00" - 7,55 metros; do ponto 2 deflete à direita e segue até o ponto 6, confrontando a área remanescente das Transcrições: 37.744, 45.877 e 46.090, do 2º CRI de Piracicaba, Propriedade de SUCESSORES DE BENITO FILIPPINI e ORIETA DA SILVA FILIPPINI, com o seguinte caminhada de azimute e distância de: 2>3: 349°9'22" - 241,58 metros; 3>4: 259°9'22" - 3,52 metros; 4>5: 349°9'22" - 10,00 metros; 5>6: 79°9'22" - 10,82 metros; do ponto 6 deflete à direita e segue até o ponto 1 (inicial) confrontando com a área do SÍTIO GRANJA TRIUNFO de matrícula nº 9.748 do 2º CRI de Piracicaba, com azimute e distância de 6>1: 169°9'22" - 226,54 metros. Fechando assim o perímetro que abrange uma área de 1.680,24 m².



Saltinho - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: MAIO/2015 A ABRIL 2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Maio 2015 à Abril 2016	
	LIQUIDADAS (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.532.577,28	
Pessoal Ativo	10.704.873,92	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (PASEP)	827.703,36	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	253.356,13	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	58.195,99	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	58.195,99	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.474.381,29	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.897.807,46	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV)=(IIIa + IIIb)	11.474.381,29	52,40
LIMITE MÁXIMO (VI)(incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.824.816,03	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII)=(0,95 x VI)(parágrafo único, art. 22 da LRF)	11.233.575,23	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI)(inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	10.642.334,43	48,60

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do Inciso II do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Saltinho - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTINHO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: 1º QUADRIMESTRE 2016

LRF, art. 48 - Anexo 6	R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.897.807,46	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.474.381,29	52,40
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	11.824.816,03	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	11.233.575,23	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.267.861,05	-10,36
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.277.368,95	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.817.517,64	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.503.649,19	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.532.846,52	7,00



DIÁRIO OFICIAL

Administração
Gabriel Ferrato dos Santos - Prefeito
João Chaddad - Vice-prefeito

Jornalista responsável
João Jacinto de Souza - MTB 21.054

Diagramação
Centro de Informática
Rua Antonio Correa Barbosa, 2233
Fone: (19) 3403-1031

E-mail: diariooficial@piracicaba.sp.gov.br

Impressão
Gráfica Municipal de Piracicaba
Rua Prudente de Moraes, 930
Fones/Fax: (19) 3422-7103 e 3433-0194

Tiragem: 270 unidades

Diário Oficial OnLine: www.piracicaba.sp.gov.br

COMEDIC

Parecer nº.- 11/2016
Processo nº.-139.099/2015
Interessado – HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTAGEM DE AUTOMÓVEIS LTDA.

Assunto – Solicita Isenção de Impostos e Taxas de ISSQN da obra

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, em reunião, os membros do COMEDIC – Conselho Municipal de Expansão e Desenvolvimento Industrial e Comercial, analisaram o processo nº.139099/2015, em nome da referida Empresa, referente à solicitação de isenções de impostos e taxas.

Conforme documentação e informações apresentadas pelo interessado a este Conselho, acostados no processo, concluímos que somos favoráveis a concessão da isenção do ISSQN da Obra, conforme Lei 4.020/1995 e suas alterações e em especial a Lei Complementar nº.202 de 22 de junho de 2007. COMEDIC - CONSELHO MUNICIPAL DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL

BLACK RUBBER INDÚSTRIA
DE ARTEFATOS DE
BORRACHA LTDA

NPJ 57.951.113/0001-90
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores sócios da BLACK RUBBER INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA, para participarem da reunião de sócios a ser realizada no próximo dia 20 de junho de 2016, as 10:00 horas, na sede social localizada na Travessa Frei Honório Franco, nº 155, Bairro Dois Córregos, na cidade de Piracicaba / SP, com a seguinte ordem do dia: A) Deliberar a alteração do contrato social da sociedade para adaptação as normas do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002); B) Deliberar destituição e nomeação de administradores; C) Outros assuntos correlatos de interesse social. Piracicaba, 09 de Maio de 2016. PAULO CESAR BOCATTO (Procurador) e JOSÉ PINO (Procurador).

Ajude a combater
a superpopulação
e o abandono



O que é castração?

A castração consiste em uma cirurgia feita em cães e gatos, fêmeas e machos, para impedir que se reproduzam sem controle.

Como funciona?

Consiste na retirada do útero, trompas e ovários, no caso das fêmeas. Nos machos, na retirada dos testículos. A cirurgia, feita com anestesia geral, é simples mas deve ser executada apenas por veterinários. Por volta de uma semana o animal estará totalmente recuperado. A castração pode ser feita a partir dos dois meses de idade. Para as fêmeas é recomendado castrar antes do primeiro cio.

MAUS TRATOS É CRIME!

Se você presenciar qualquer tipo de maus tratos a um animal ligue 181 e denuncie!
Lei Federal de Crimes Ambientais 9605/98.